

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 7 DE FEVEREIRO DE 2012

NÚMERO 6.379

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

Dado Cherem
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherem

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 001ª Sessão Ordinária realizada em 07/02/2012..... 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa..... 14</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissão Permanente... .. 17 Audiências Públicas..... 19 Avisos de Licitação 27 Extrato..... 27 Portarias..... 28</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Manifesta-se a respeito das redes elétricas que vão até as propriedades dos agricultores.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Refere-se ao problema da segurança pública, das drogas e da mobilidade urbana.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com a deputada Angela Albino.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Tece elogios ao governo federal.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se ao trabalho importante dos bombeiros em Santa Catarina.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Neodi Saretta.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Neodi Saretta.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Rebate fala da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda a questão da estiagem no oeste catarinense.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Aborda a questão da estiagem no oeste catarinense.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Manifesta-se a respeito da estiagem no oeste catarinense.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta-se a respeito da estiagem no oeste catarinense.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se à economia catarinense.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pronuncia-se a respeito da visita do governador Raimundo Colombo ao planalto norte.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Refere-se à renovação da carteira de habilitação.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Otacílio Costa.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Comenta o discurso de posse da nova ministra da secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; aborda o problema do uso e abuso de substâncias psicoativas.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Reporta-se aos compromissos assumidos pelo governador do estado com o Magistério catarinense no ano passado; aborda o problema de alguns municípios com a estiagem; refere-se ao CDA e ao Itaipu Rural Show; comenta o assassinato do ex-vereador Marcelino Chiarello.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Refere-se ao assassinato do ex-vereador Marcelino Chiarello.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Registra o recebimento de dez viaturas policiais pelo município de Joinville; aborda a inauguração do Parque de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, sras. deputadas, srs. deputados, senhores e senhoras da imprensa, quero dizer, em primeiro lugar, eu, na verdade, esta é a segunda sessão que realizamos depois do recesso, mas a primeira com trabalho e com a Ordem do Dia completa.

Quero aproveitar esta oportunidade para desejar que tenhamos um ano de 2012 de muito trabalho, de muita paz, de muita justiça, e que possamos alcançar, com o trabalho, deputado Edison Andriano, os objetivos que cada um busca e também que possamos construir, a cada dia, um estado e um país com mais justiça.

Venho à tribuna desta Casa hoje para dizer que às vezes fazemos uma indicação, deputado Kennedy Nunes, para que se realize alguma obra. E uma indicação parece algo tão simples, pois normalmente todos os deputados fazem indicações. Às vezes fazemos um requerimento quando vamos apresentar um projeto de lei, e ele acaba indo para a esteira da inconstitucionalidade, enfim, acaba não sendo aprovado por falta de legalidade.

No ano passado, a pedido de muitos agricultores, fiz uma indicação, a ser enviada ao presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, ao governador do estado, Raimundo Colombo, e ao vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, tratando da situação em que se encontram as redes de energia elétrica, principalmente no interior do nosso estado, uma vez que muitas dessas redes elétricas que vão até as propriedades dos nossos agricultores têm 25 anos, 30 anos, 35 anos.

Conversei sobre isso com o presidente da Celesc. E na semana passada fui informado de que ele transformou, com a aquiescência do sr. governador, a nossa indicação, deputados Edson Andriano e Antônio Aguiar, em um projeto para a Celesc, a partir deste ano, começar a fazer as reformas dessas redes elétricas que vão até as propriedades dos nossos agricultores.

Temos que substituir 1.254km de redes monofásicas, antigas, que não suportam mais a carga que essas propriedades agrícolas passaram a ter.

Na época, o produtor tinha um aviário de 50mx12m, 600m², deputado Darci de Matos; depois, um aviário de 100mx12m, 1.200m². Hoje, esse produtor tem dois, três ou quatro aviários de 150mx12m, dobrando ou triplicando o consumo de energia elétrica. Os equipamentos mudaram, ficaram mais modernos. A avicultura e a suinocultura se modernizaram. A produção de leite foi buscar equipamentos com qualidade para ordenhar o leite da matriz, e esse leite vai até o resfriador com higiene e qualidade. E em muitas propriedades que estavam com essas redes antigas, redes velhas, com essas redes de pouca capacidade, não conseguimos instalar esses equipamentos.

O presidente da Celesc, através desse projeto, fez uma previsão e entregou ao governo federal... Inclusive, foi ao ministério de Minas e Energia buscar parceria para modernizar esses 1.254km de redes monofásicas, transformando essas redes em rede trifásicas, com investimento de R\$ 42 milhões.

É claro que esse projeto vai iniciar este ano, e estão previstos no projeto da Celesc investimentos até 2014. E já há neste ano algumas prioridades, começando onde existe alguma concentração maior de

agricultores e de produtores, onde estão instalados os integrados das nossas agroindústrias, onde estão instalados os produtores de leite que aumentaram a sua produção. E hoje, para que tenham uma qualidade e uma segurança melhor, eles precisam desse investimento da Celesc.

Para que v.exas. entendam a necessidade desse programa, devo dizer que na segunda-feira, na cidade de Concórdia, a falta de energia elétrica ocasionou a morte de 2.500 frangos, causando um prejuízo forte para o produtor e para a indústria. E se tivermos essa melhoria que está propensa a ser feita pelo governador e o presidente da Celesc...

Ontem, lá em Chapecó, num dia de campo das cooperativas Aurora e Alfa, o governador anunciou, deputados Neodi Saretta e Antônio Aguiar, que é um programa para reestruturar a chegada de energia elétrica nas propriedades dos nossos agricultores. E isso acabou nascendo de uma indicação de autoria de deputados desta Assembleia, uma proposição que parecia modesta, mas que se transformou num grande projeto como esse que vamos ver a Celesc implantando no estado de Santa Catarina.

A Celesc, segundo dados que estão no projeto, é uma das empresas de distribuição de energia elétrica que tem o maior número de produtores atendidos.

Eu também fiquei feliz, ontem, quando ouvi do governador, dentro dos programas que o governo do estado tem na questão de atendimento ao nosso agricultor e na questão de auxílio à estiagem, que o governo federal, junto com o governo do estado, está tentando buscar programas para minimizar os prejuízos. Mas temos que fazer alguma coisa que seja mais efetiva e que possa ser duradoura. E aí há a questão das cisternas, dos poços artesanais, o aproveitamento da água da chuva através de cisternas, o aproveitamento da água da chuva com novos açudes e com outros investimentos.

Uma das coisas que tenho absoluta certeza de que vem ao encontro de assegurar a produção do nosso agricultor, deputada Ana Paula Lima, é financiar pequenos projetos de irrigação. E aí o Banco do Brasil e o governo federal fariam o financiamento. E que o governo do estado também pudesse bancar - uma vez que os juros também não são tão altos, mas são sempre um custo para o nosso produtor - os juros desses investimentos para os projetos de irrigação para pequenas propriedades, que o governador anunciou ontem em Chapecó também como uma das prioridades e um dos programas que o estado passará, a partir de agora, a executar, através da secretaria da Agricultura.

Ao mesmo tempo em que sabemos da dificuldade do filho do agricultor, do jovem agricultor permanecer no campo, numa atividade que não dá lucro, numa atividade em que ele precisa contar com a sorte, porque às vezes a chuva causa prejuízos, outras vezes é a falta de chuva e a estiagem, outras são os preços... Mas assim mesmo ele procura buscar o estímulo para permanecer na atividade. E para isso acontecer o poder público precisa fazer a sua parte, dando essa possibilidade para o agricultor ter uma vida mais digna e justa, podendo continuar produzindo aquilo que temos de mais sagrado na nossa vida, o alimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. presidente, com muita satisfação, queremos registrar a presença, nesta Casa, do secretário de Políticas Sobre Drogas no Estado de Minas Gerais, companheiro Clóvis Benevides, e também do meu amigo Wellington Vieira, presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil.

Ambos estiveram nesta manhã em conversa com o secretário da Saúde do estado e também com o sr. Governador.

É uma satisfação poder recebê-los no plenário da Assembleia nesta tarde.

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Certamente são muito bem-vindos à Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sra. presidente, srs. deputados, antes de iniciar o meu discurso gostaria de registrar a presença do prefeito de Campo Erê, Odilson Lima, carinhosamente conhecido como Nego Lima. É um orgulho chamá-lo de amigo e poder mandar um abraço a toda comunidade de Campo Erê, tão bem dirigida por s.exa.

Sra. presidente, ocupo a tribuna para tratar de um tema recorrente em todas as pesquisas de opinião, em todos os planos de governo e que, certamente, será recorrente em todas as campanhas políticas deste ano, porque ainda temos uma imensa dificuldade em ver isso se transformar em ações políticas. Refiro-me à segurança pública, às drogas que assolam as nossas famílias e que têm a cada dia dificultado a convivência não somente no estado de Santa Catarina como pelo país afora.

Ontem, na Grande Florianópolis, que é nossa responsabilidade, por exemplo, estive próximo à rodoviária, na capital dos catarinenses, e senti medo de sair do carro, tamanha a insegurança naquele local, que não brota do nada, mas da ausência de políticas públicas.

Menciono isso tendo em vista as nomeações da Polícia Civil que ainda não aconteceram, e recomendo, para quem não leu o *blog* do Moacir Pereira na tarde de hoje, um retrospecto histórico da lenda nomeação, ou melhor, da não nomeação de Polícia Civil, do concurso do ano de 2008, que já vence este ano. Temo, quero crer que não seja verdade, que alguém esteja trabalhando para que o prazo desse concurso vença sem que seja nomeado um único aprovado. São 620 policiais civis que foram aprovados em concurso público no ano de 2008, que até agora não foram nomeados, e a validade expira neste ano de 2012.

Em outubro de 2011, quando o governador voltou do Japão, foi anunciada a contratação, e todo mundo comemorou no estado de Santa Catarina, de 420 policiais civis dos 680 aprovados. Dia 26 de novembro, quando foi anunciada a construção da quarta ponte - que agora já não está mais na ordem do dia porque finalmente alguém descobriu que para fazer uma obra desse porte em Santa Catarina, para discutir mobilidade urbana em Florianópolis, na capital, precisamos conhecer melhor o cenário, debater mais o assunto que estamos falando -, o governador disse também que iria fazer as nomeações e que já estavam prontos os atos.

Quando sobreveio o conflito entre as Polícias Civil e Militar, o governo se manifestou dizendo que "Agora vamos esperar um pouquinho para efetuar as nomeações. Vamos esperar acabar o conflito." Acabaram-se os conflitos e no dia 15 de janeiro deste ano o jornalista Moacir Pereira elogiou o governador Raimundo Colombo, que anunciava novamente a contratação dos 420 policiais. Mas até agora, dia 7 de fevereiro, passados quatro meses, segundo a secretaria de Segurança Pública, os atos estão com o governador desde outubro do ano passado. É preciso apenas, segundo a secretaria de Segurança Pública, a assinatura do governador.

A Polícia Civil tem um efetivo de seis mil e duzentos cargos. Nós temos apenas três mil cargos ocupados. Com o aumento populacional nas cidades, a exemplo de Florianópolis, em que segundo a prefeitura municipal 15 pessoas vêm morar por dia, gerando um aumento extraordinário da população, temos um contingente de três mil policiais apenas, porque estamos aguardando há quatro meses que o governador se disponha simplesmente a assinar esses atos sobre os quais afirmou por duas vezes: "Fiz e está feito."

Chega uma hora em que o cidadão comum já acha que está batendo biela, porque se pergunta se vão haver novas nomeações e pensa: "Que bom! Agora, já são 840 policiais, porque já vi anunciarem os 420." E não foram nomeados 420 policiais, nem em outubro nem em novembro, nem os 420 cantados em prosa e verso em 15 de janeiro.

Gostaria de chamar a atenção desta Casa, especialmente dos deputados que são próximos ao governador, para que alertem para a real necessidade do povo catarinense, porque muito mais do que investir R\$ 8 milhões no estudo do impacto ambiental para a quarta ponte precisamos de 420 policiais. Sabemos que é um número pequeno perto dos três mil que precisam ser contratados, mas são 420 a mais do que temos e precisamos muito de cada um deles. Esse apelo, srs. deputados, não pode ser da Oposição ou do governo, mas de todos nós.

A Polícia Civil, sr. deputado Ismael dos Santos, v.exa. que tem uma grande militância no assunto, é uma das que mais colabora no combate às drogas no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Essa tem sido uma grande preocupação nossa e diariamente somos cobrados pela sociedade catarinense em relação à nomeação desses policiais civis.

Hoje, na audiência que tive com o governador Raimundo Colombo, fiz questão de inquiri-lo sobre essa questão, e ele foi taxativo e explícito ao dizer que no mês de fevereiro esse assunto será resolvido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - É uma boa notícia, sem dúvida nenhuma, mas a sabedoria popular apegou que cachorro mordido de cobra tem medo de linguça. Torço para que v.exa. tenha sido porta-voz de uma novidade e sei que também trabalhará muito para que isso se torne um fato.

Gostaria de abordar outro assunto, uma insegurança que não diz respeito à Polícia Civil, mas ao poder público constituído, incluindo os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, que nos compete. Refiro-me à mobilidade urbana em nossa cidade.

Temos falado muito sobre isso aqui neste plenário e todas as pessoas que vêm a Florianópolis têm sentido na carne o que é conviver todos os dias numa cidade que quase dobra a sua população durante o período de férias e padece de um mal gravíssimo em torno de sua mobilidade que tem, inclusive, comprometido a qualidade de vida das pessoas.

Temos discutido, incansavelmente, a necessidade de outros modais. Até a década de 20, antes de termos a nossa gloriosa ponte Hercílio Luz, podíamos atravessar ilha/continente pelo transporte marítimo, mas até hoje não conseguimos refazer isso, coisa que há um século fazíamos. Mas as últimas notícias em Florianópolis sobre acidentes envolvendo bicicletas nos entristecem. Tivemos em menos de 40 dias duas mortes de pessoas usando bicicletas em rodovias que não têm faixas de ciclovias, que é uma ferramenta útil para conseguirmos vencer essa saturação de mobilidade urbana que afeta não apenas Florianópolis, mas o Brasil.

Precisamos reverter a lógica de que discutir mobilidade urbana é descobrir como os carros andam mais. A lógica que deve estar na pauta agora é a integração dos modais, a diversificação, o uso da bicicleta, do transporte coletivo, do transporte marítimo, porque o carro vai ter que ocupar outro papel. Ainda convivemos com o grande reinado dos carros, que já acabou em alguns países mais desenvolvidos, dando lugar ao transporte coletivo e a bicicleta como modal não apenas de mobilidade, mas de saúde.

Queremos aqui manifestar o nosso pesar pela morte de um jovem menino, estudante de Medicina, que transitava SC-401, local sem ciclovia, morto por um rapaz embriagado, confessoramente embriagado, que foi liberado por falta de provas. Curioso isso! Visivelmente e confessoramente embriagado, mas foi liberado por falta de provas.

Isso não é uma fatalidade. As mortes que ocorreram na SC-401 e na SC-405, ou em qualquer outra rodovia sem ciclovia, não são fatalidade, decorre da nossa omissão. Decorre da omissão de quem constrói sem olhar para o futuro, sem pensar na ciclovia e na segurança dos pedestres que por lá transitam.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, minha saudação às sras. deputadas Dirce Heiderscheidt e Angela Albino, aos srs. deputados, ao público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, assim como ao prefeito do município de Campo Erê, Odilson Vicente de Lima, que se faz presente nesta sessão ordinária.

Deputada Angela Albino, estava ouvindo atentamente o seu discurso e gostaria de dizer que assim como v.exa. também estou descrente de algumas ações do governador Raimundo Colombo. V.Exa. mencionou o retorno da comitiva do governador do Japão, a tal famosa viagem, de onde vieram com tantas promessas, entre elas a construção da quarta ponte e outros assuntos pertinentes à segurança pública. Mas o fato é que a nossa população está vivendo um momento de insegurança.

Falo isso também pela minha região, o vale do Itajaí, principalmente a cidade de Blumenau, que está clamando por segurança devido à ausência de policiais civis e militares.

Sabemos que 420 policiais ainda é um número pequeno, mas se faz necessário, porque se não houver essas nomeações certamente este governo não vai contratar outros nem fazer nenhum concurso público para se adequar ao nível de segurança que a nossa população tanto necessita.

E sobre o projeto Jica, sras. e srs. deputados, que estamos esperando até hoje, foram até o Japão para buscar o dinheiro do financiamento e ouvir os japoneses dizerem: "Não, o Brasil não precisa de financiamento com o projeto Jica." Tiveram que dar a volta ao mundo e ir do outro lado do sol nascente para descobrir isso? E os japoneses já vêm desde a década de 80 na nossa região trazendo esse projeto. Isto é lamentável!

(Passa a ler.)

"Mas vou falar também no tempo que resta do governo federal 2012, que certamente será um ano especial para o povo brasileiro.

O Brasil, sob a liderança dessa grandiosa mulher, dessa guerreira de pulso firme, a presidente Dilma Rousseff, vai continuar crescendo e, principalmente, distribuindo renda e realizando os sonhos de nossa gente.

Em plena crise mundial, senhores e senhores, que leva grandes países ao desespero, gerando desemprego e proporcionando desesperança em regiões que antes viviam na fartura e eram o sonho de muitos brasileiros, como os Estados Unidos da América e a Europa, são os americanos e também os europeus que querem vir para o Brasil, porque o nosso país está bem, está consolidado.

O Brasil encerrou o ano de 2011 com cerca de dois milhões de empregos criados com carteira assinada, senhoras e senhores!

O país inicia 2012 com o menor índice de desemprego da nossa história. O emprego é sem dúvida nenhuma a política social mais eficiente de inclusão social. Durante nove anos de governo do Partido dos Trabalhadores do Brasil, com o apoio de inúmeros partidos da base aliada, o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff já criaram cerca de 18 milhões de novos empregos com carteira assinada.

Hoje o Brasil é reconhecido, como os japoneses reconheceram e tiveram que falar isso para o governador, porque ele não estava atento ao que acontecia no Brasil. O nosso país hoje é reconhecidamente um exemplo para o mundo que passa pela maior crise econômica da sua história.

Fico pensando o que seria dessa nação e do seu povo se estivéssemos ainda com o governo subserviente aos países ricos e ao FMI - Fundo Monetário Internacional. Felizmente, o povo brasileiro apostou na mudança, e hoje colhemos os frutos dessa escolha, dessa assertiva escolha.

O nosso país, o nosso estado de Santa Catarina, avança no acesso à educação, à casa própria, ao emprego, que são os tripés de uma vida digna. Qual homem ou mulher que não gostaria de ter um emprego que possa sustentar a si e a sua família?

O índice de desemprego no Brasil em dezembro de 2011 foi 4,7%. Na Espanha o desemprego atinge 23%, uma média europeia acima dos 10%. Vejam, senhoras e senhores, como o nosso país está bem. Enquanto os países ricos vivem a maior crise da sua história, o Brasil caminha para tornar-se um país de classe média, eliminando a pobreza extrema.

Falo isso porque os críticos de plantão, que não são muitos, graças a Deus, e espero que sejam... (retirado da ata conforme o

que determina o inciso XII do art. 92 do Regimento Interno.), sempre avaliaram o sucesso do governo petista afirmando que o Brasil estava bem graças aos bons ventos da economia internacional.

Pois bem, srs. críticos, o Brasil continua muito bem, a exemplo do que está acontecendo nos países da Europa e dos Estados Unidos da América. O Brasil continua firme, a passos largos, buscando a melhoria da qualidade de vida do seu povo.

Desde 2008 esses ventos não mais existem. O que temos é uma verdadeira tempestade de péssimas notícias espalhadas por todo o mundo. A grande exceção é o Brasil e a América Latina que apostaram num modelo de desenvolvimento econômico diferente: no desenvolvimento dos seus povos. Foi isso que fez o ex-presidente Lula e é isso que está fazendo a presidenta Dilma Rousseff.

E essa é a crítica que fazemos ao PSDB, ao DEM e a outros partidos de direita, que sempre apostaram na subserviência aos países ricos e por isso legaram ao nosso povo a fome, a miséria e o desemprego.

Bons ventos, senhoras e senhores, para o ano de 2012; bons ventos para o povo brasileiro, que farão com que a nossa Santa Catarina também proporcione, graças a Deus, porque o país está bem, esperança à nossa gente. Mas essa conjuntura positiva não nos deixa satisfeitos, pois temos plena consciência dos imensos desafios que temos pela frente.

No campo nacional temos muito a fazer no combate à pobreza, na melhoria ao acesso à educação, à reforma agrária, no atendimento à saúde, à infraestrutura, no combate a esse flagelo, à drogadição que, infelizmente, tem causado tanta infelicidade a milhares de homens e mulheres.

Precisamos de uma vez por todas combater também a violência às mulheres. No campo estadual o governo de Santa Catarina tem uma dívida imensa com o Magistério, e este é o ano de resgatá-la. Temos desafios na área da Segurança Pública, que afligem os nossos cidadãos em todo o estado, e a obrigação de levar a sério as políticas de proteção às mulheres, às crianças e aos idosos do nosso estado, que carecem de uma rede de atendimento.

Santa Catarina precisa assumir com urgência, de uma vez por todas, a implantação da Defensoria Pública e deixar de ser a vergonha nacional nessa área de proteção à sua população.

Em 2012 serão realizadas eleições municipais e estaremos acompanhando e apoiando candidaturas de homens e mulheres que se dispõem a contribuir com o projeto que está dando certo no Brasil. Vamos contribuir para a eleição de prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras que têm o compromisso da participação popular, das políticas sociais e do desenvolvimento dos seus municípios. Será muito trabalho, certamente, para o ano de 2012, que promete coisas boas, coisas novas para a nossa gente - muito trabalho pelo Brasil e também por Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, saudação a todos que acompanham a presente sessão nesta retomada das sessões ordinárias deste ano de 2012, quando, com

certeza, muito assunto teremos para debater nesta tribuna, neste Parlamento, nesta sociedade catarinense.

Uma questão que gostaríamos de abordar nesta tarde diz respeito ao trabalho tão importante dos bombeiros em Santa Catarina.

Temos hoje, em Santa Catarina, bombeiros militares que fazem um bom trabalho, bombeiros comunitários que também fazem um bom trabalho e bombeiros voluntários que fazem também um bom trabalho.

Nos últimos tempos, em que pese estar faltando, deputado Elizeu Mattos, bombeiros em muitos locais, em que pese estar faltando policiais militares, policiais civis, em algumas cidades os bombeiros voluntários estão sofrendo uma pressão que está inclusive impedindo a realização plena do seu trabalho. E cito de forma bem clara o exemplo da cidade de Concórdia, há muitos anos servida, e servida muito bem, pelos bombeiros voluntários. Aliás, é um trabalho extraordinário que aquela corporação faz, com equipamentos, com estrutura, fruto das contribuições da comunidade local, fruto também de parcerias, obviamente, com o Poder Público.

Realmente, ao longo dos anos tem atuado de forma muito competente. Inclusive, nos últimos tempos tem havido um verdadeiro cerco ao trabalho dos bombeiros voluntários, começou de forma mais forte com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando lei municipal que permitia esse trabalho e vitórias dos bombeiros voluntários. E embora ainda não julgado o mérito, uma liminar impede a realização, por parte dos bombeiros voluntários, das vitórias.

A comunidade regional, de forma especial a comunidade de Concórdia, tem se manifestado com frequência, fazendo inclusive, dias atrás, uma grande manifestação pública, puxada pela sociedade civil concordiense, em defesa do trabalho dos bombeiros voluntários. E lá estávamos nós acompanhando, mas foi uma manifestação da sociedade, tanto é que como deputado e membro político estive lá na condição de cidadão, sem nenhum tipo, inclusive, de destaque em termos de fala, como tinha que ser, de fato, porque era um movimento da sociedade.

Pois bem, sr. presidente, sras. deputadas, há mais de três ou quatro meses, se ouve argumentos de que é preciso que venha uma emenda constitucional do governo para regularizar isso. E representantes do governo dizem que essa emenda virá. E dava-se como certa que ela entraria ainda no ano passado. Depois, deu-se como certa de que entraria dia dois de fevereiro, e assim por diante.

Ora, sr. presidente e srs. deputados, na verdade não há necessidade de o governo encaminhar uma PEC para esta Casa, porque já temos tramitando nesta Casa uma PEC que permite o trabalho dos bombeiros voluntários. Uma PEC assinada e subscrita inicialmente por este deputado e pelos deputados Moacir Sopelsa e Reno Caramori, depois subscrita por outros, e que se aprovada será a solução da questão. Inclusive, deputado Moacir Sopelsa, não temos problema nenhum se o governo mandar outra PEC, vamos fazer a junção de todas; se vier com uma redação mais perfeita, sob ponto de vista do governo ou quem quer que seja, não há problema de autoria. O que se quer é que efetivamente os bombeiros voluntários possam continuar trabalhando, e não somente os de Concórdia, porque temos bombeiros voluntários, por exemplo, na maior cidade catarinense, Joinville. Sr. deputado Kennedy Nunes, o ataque que os bombeiros voluntários de Concórdia estão sofrendo

fatalmente daqui uns dias irá para lá também, como foi para Caçador e outras cidades.

Sr. deputado Moacir Sopelsa, esse assunto une todos, principalmente nas cidades onde tem corporação de bombeiros voluntários, e nós reconhecemos o seu trabalho e elogiamos. Mas não havendo estrutura para atender a todas as cidades catarinenses, que deixem os bombeiros voluntários continuarem onde estão trabalhando.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero agradecer, deputado Neodi Saretta, pela oportunidade do aparte. Isso me diz respeito. Inclusive, v.exa. tem sido um batalhador nessa direção, foi prefeito, e eu também fui, e nós conhecemos o trabalho que os bombeiros voluntários fazem nos nossos municípios, em dezenas deles. E lá sofremos de fato um ataque dos bombeiros militares.

A nossa PEC que está na Assembleia, embora alguns coloquem dúvida quanto à constitucionalidade, temos que caminhar, e v.exa. está coberto de razão. Se o governador, o secretário da Fazenda e o procurador-geral do estado têm esse compromisso de mandar esse projeto de lei para a Assembleia, que ele possa vir antes que soframos maiores prejuízos com os nossos bombeiros do município de Concórdia.

Pedi o aparte também para cumprimentar v.exa. e solidarizar-me mais uma vez a esse pleito que precisamos fazer. Se a secretaria da Segurança tem dificuldade, e todas têm: a educação, a saúde, a estrutura agrícola, por que vamos mexer onde está dando certo? Onde tem bombeiro militar que fique, mas onde tem bombeiro voluntário, que faz um bom trabalho, não meçam.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado a v.exa. que tem estado comprometido com essa causa. Mas mais uma vez digo o seguinte: se houver uma nova redação a ser proposta, que venha; caso contrário, vamos fazer um apelo a esta Casa e ao presidente Gelson Merisio para que traga à votação do plenário a PEC que já está aqui tramitando, deputado Kennedy Nunes, e que se possa resolver isso de uma vez por todas.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não, sei que v.exa. também tem se empenhado na defesa dos bombeiros voluntários de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. deputado, além de parabenizá-lo por essa fala, estou colhendo assinaturas e gostaria também da sua, para pelo menos tramitar na Casa uma emenda à Constituição dando aos bombeiros comunitários e civis a mesma atribuição naquelas vitórias preventivas que somente está para os bombeiros militares. Nós, lá em Joinville, por exemplo, temos os bombeiros militares, e sempre está-se questionando se pode ou se não pode.

Então, entendo que essa é uma defesa que temos que ter. Essa PEC também tem que vir para cá para se colocar, de uma vez por todas, um final. E mais ainda, esse assunto é tão importante, deputado, que precisamos criar um fundo para ser utilizado para os bombeiros civis e voluntários, para não ficarem com o pires na mão sempre dependendo de subvenções sociais, porque combater incêndio não é ação social, é ação de segurança.

Precisamos criar uma rubrica, inclusive, para que tenha esse fundo específico e possa ser atendido esse pessoal que faz esse trabalho tão importante em várias cidades, em Concórdia, por exemplo.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado a v.exa. E já está havendo aí novas propostas, e a nossa assinatura estará à disposição, assim como o nosso voto. Lembrando que temos uma emenda constitucional tramitando, talvez já nesse sentido, deputado Kennedy Nunes, que exatamente fala na prevenção e combate ao incêndio. E todas as propostas que vierem aperfeiçoar ou melhorar nossas redações são importantes, mas o que precisamos é dar uma posição sobre isso.

Então, acredito que tão logo as comissões sejam novamente constituídas nesta Casa, poderemos trazer a plenário essa PEC ou outras que vierem a tramitar, para, de fato, aprovarmos e darmos uma solução definitiva a essa questão.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Neodi Saretta.

Fim do horário das Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. deputados, senhores que nos acompanham pela TVAL e Rádio Digital, catarinenses aqui presentes. Quero falar bem rápido para depois passar o restante do tempo ao deputado Maurício Eskudlark, do nosso partido.

Quero falar só para dizer duas coisas, deputada Ana Paula Lima. Eu estava ouvindo a senhora falar e com muitas coisas da sua fala concordo com v.exa. Mas duas coisas preciso colocar. Primeiro, quando v.exa. fala na questão do banco Jica, gostaria de informar a v.exa que ontem mesmo houve mais uma reunião dos técnicos do banco Jica na secretaria de Infraestrutura, onde o processo está andando. Então, na verdade, isso não é uma coisa que se resolve de um momento para outro. E quero colocar isso aqui.

Sei que talvez não tivesse no seu *script*, mas v.exa. falou de uma forma tão espontânea que me assustou quando se referiu aos críticos do governo federal dizendo que eles são em minoria e que deveriam ser exterminados. Isso me assustou, porque ver um parlamentar do quilate de v.exa., do Partido dos Trabalhadores, falar em exterminar os críticos me assusta.

Entendo que a oposição sempre é necessária, o contrário sempre é necessário; é necessário para o governo e necessário também para a sociedade. Não podemos imaginar um governo sem oposição, porque aí teríamos outro nome para esse tipo de governo. E quando alguém do governo vem aqui e diz que a minoria crítica deve ser exterminada, fico preocupado, muito preocupado. Mas entendo que não foi bem isso que v.exa. quis dizer, mas não poderia deixar passar aqui em branco, de

forma nenhuma, até porque, como sou da imprensa, não consigo ver uma questão tão forte assim como exterminar aqueles críticos.

Isso me lembra muito a ditadura, é muito forte e é complicado. Não é só isso, às vezes, a nossa fala nos leva a cometer alguns erros e, muitas vezes, a posição que tomamos nos leva a cometer alguns enganos que são contrários às pregações. Por exemplo, lá em Joinville, o prefeito Carlito Merse, deputado Ismael dos Santos, após vencer o prazo do mandato das pessoas que compõem o conselho da cidade, foram eleitas e têm um prazo, então, o prefeito, por decreto, prorrogou o mandato dessas pessoas, assim como querendo dizer que "quem manda aqui sou eu". Fizeram toda a discussão da lei de ordenamento territorial e no momento da votação as entidades, a organização social se movimentou, entrou na Justiça e conseguiu derrubar todo o trabalho feito pelo conselho, porque falaram para ele que podia prorrogar o mandato e ele deu um canetaço como mandante, lembrando aquele tempo que se resolvia dessa forma, simplesmente ignorando que esse deve ser um processo democrático de escolha, eletivo, com dia para começar e terminar.

Então, fiz essas referências para deixar claro para a sociedade catarinense a minha posição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB. Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, é com satisfação que retornamos aos trabalhos nesta Casa, agradecendo a Deus por nos ter proporcionado a possibilidade de estar aqui hoje.

Quero registrar que recebemos também a visita de vários colegas delegados de Polícia do nosso estado, presentes nesta Casa, o delegado Dirceu, de Joinville, o Casagrande e outros colegas. Recebemos também o plano de comando da Polícia Militar, projeto elaborado pensando na segurança do cidadão catarinense, o que é muito importante.

Quero parabenizar o comandante-geral da Polícia Militar, pelo trabalho que vem desenvolvendo em nível de estado, motivando a corporação. Hoje, inclusive o comandante está no município de Concórdia participando da troca de comando; estive no mês de janeiro em São Miguel D'Oeste, em Balneário Camboriú, enfim, em várias regiões do estado agilizando a questão da segurança pública.

Quero registrar também, srs. deputados, que participamos, inclusive tivemos a oportunidade de representar esta Casa, na solenidade de posse do novo presidente da Fecam, o prefeito Douglas Gleen Warmling, o Guiga, um grande colega policial, que nos fez esse convite para participarmos daquele evento, assim como a vários prefeitos de todo nosso estado, especialmente do sul, região de onde o Douglas vem muito motivado para conduzir a Fecam nesses próximos dez anos.

Quero aproveitar para parabenizar o ex-presidente Antônio Lopez, de Capão Alto, que pediu que eu agradecesse em seu nome a todos os srs. deputados pelo apoio que a Fecam recebeu durante o seu período como presidente da entidade.

Comentei com o presidente Guinga, que assumia, que ele como policial civil estava assumindo a Fecam. E tive, como policial civil,

também a honra de ser presidente da Uvesc, da União de Vereadores de Santa Catarina, duas entidades muito importantes para o nosso estado, que tiveram colegas policiais na sua presidência.

Quero abordar também a questão da estiagem no oeste catarinense, que é muito preocupante. Nós estamos com o município do deputado Mauro de Nadal, inclusive trouxemos algumas fotos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Este é um rio que fornece água para o município de Cunha Porã. Hoje, a situação é de calamidade pública. É muito grave!

Esta é a estação de tratamento de água. Aquela água que está armazenada ficou-se por dois dias tentando reunir. As bombas não têm mais como funcionar.

Hoje, estivemos com a prefeita Luzia e com o Solmar, o presidente da Câmara.

Esse é o leito do rio, no município de Cunha Porã.

Então, é uma situação muito grave.

Estivemos com o Geraldo Althoff, diretor da Defesa Civil do estado. Eles vão fornecer equipamentos, kits com caixas d'água, adaptáveis, de cinco mil litros, duas caixas por caminhão, o que dá dez mil litros. Isso equivale aproximadamente a um caminhão pipa com capacidade para 11 mil litros, que vai poder atender coletando água onde ainda tem possibilidade e levando ou para a estação de tratamento ou para a distribuição.

Existe ainda o cais que dá para coletar a água já em condições de utilização. Já que hoje a dificuldade no oeste é da água para a sobrevivência humana. Os animais e a agricultura também são áreas que estão sofrendo muito com isso.

Na questão da lavoura, boa parte da safra está prejudicada. Mas é uma questão secundária, hoje já tratando da questão da vida humana.

Então, vários municípios estão nessa situação.

Esses kits com caixas d'água adaptáveis aos caminhões serão distribuídas aos 83 municípios que decretaram estado de emergência no estado, os quais enfrentam esse problema. Inclusive, teremos à tarde mais uma reunião com o presidente da Casan, Dalírio Beber, já que a Casan projetou para o município a perfuração de alguns poços artesianos, mas lá a solução é perfuração de poço artesiano profundo. Então, melhor do que vários que não vão atingir objetivo é um profundo que possa dar condições de abastecer a estação de tratamento do município.

O governador Raimundo Colombo esteve presente e já anunciou atos para reduzir essa questão causada pela estiagem.

Então, o próprio estado ou a própria união estão tomando ações nessa que é uma das maiores estiagens já registradas no estado de Santa Catarina. Temos que adotar medidas preventivas assim como para as enchentes, principalmente no nosso vale da foz do rio Iguaçu, para a estiagem no oeste catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio

Alesc Digital, é com satisfação que voltamos, aqui, neste início de trabalhos legislativos da Assembleia, no ano de 2012, para podermos através desta tribuna falar para o Brasil e para Santa Catarina de um assunto, neste momento, que aflige muito uma região extremamente produtora, uma região extremamente importante para o PIB catarinense, que é a região do oeste de Santa Catarina.

Na condição de presidente da comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa, quando da instalação dos trabalhos referentes a 2012, convidamos os nossos pares, deputados que fazem parte da respectiva comissão, para uma reunião em meu gabinete, na última quinta-feira, às 8h, para que através dessa reunião pudéssemos tomar algumas providências em referência a essa estiagem que atinge hoje 86 municípios.

Obviamente, naquele momento, através de uma decisão unânime da nossa comissão, entendemos que antes de promovermos qualquer audiência pública, antes de fazer qualquer mobilização comunitária, teríamos que ter uma noção exata do que e quais as ações que o governo do estado através da secretaria de estado da Agricultura e a da Infraestrutura estava tomando em relação a esses catarinenses atingidos neste momento pela seca, bem como dos órgãos do governo federal, leia-se ministério da Agricultura, ministério do Desenvolvimento Agrário, ministério da Integração Nacional, e através do estado de Santa Catarina a secretaria da Agricultura com as suas empresas Epagri e Cidasc.

Hoje, pela manhã, conseguimos fazer um grande encontro com todas essas autoridades, em que cada empresa, cada órgão do governo no âmbito do estado quanto do âmbito da união, relataram especificamente quais as ações que cada um está adotando neste momento. E com a presença do secretário de estado da Agricultura, deputado federal João Rodrigues, ficou muito claro e latente de que as ações emergenciais que o estado deveria ter adotado para minimizar e para o atendimento dessas famílias que carecem neste exato momento com a estiagem o governo do estado, através da secretaria de Agricultura e a de Defesa Civil, já esteve presente nos 86 municípios.

O mais importante desse processo e dessa situação governamental é que nós agora, exatamente neste momento, estamos fazendo um planejamento de atendimento imediato, a curto, médio e longo prazo. E é isso que o nosso agricultor, que a nossa sociedade brasileira e catarinense exigem, porque vejam que esse é o sétimo ano consecutivo que o oeste catarinense enfrenta as questões da estiagem. Se ao longo desse período os governos que nos antecederam tivessem feito políticas voltadas para a solução do problema da estiagem lá no oeste de Santa Catarina, com certeza, hoje, os efeitos seriam bem menores do que estão sendo anunciados pela imprensa.

Então, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, quero fazer um agradecimento especial ao secretário de estado da Agricultura, à Epagri, à Cidasc, ao Ministério da Integração Nacional, na pessoa do sr. Rafael Schadeck, na pessoa do sr. Giovane, da Epagri, que fez todo o trabalho no sentido de levantamento de todas as propriedades que até agora foram atendidas. Também faço um agradecimento especial ao ministério da Agricultura, na pessoa do nosso superintendente Joel Paulo Perotto, o delegado substituto do ministério de Desenvolvimento Agrário, Altair Fernandes, e também ao capitão Fabiano, que neste momento representava o nosso secretário de Defesa Civil, dr. Geraldo Althoff.

Evidentemente que temos muito que avançar, pois aquela sociedade e aquelas famílias esperam uma ação emergencial e urgente por parte dos governos. Mas gostaria de deixar registrado, nesta tribuna, que dentro das condições e das possibilidades, neste momento, o governo do estado agiu com rapidez e juntamente com o governo federal estão focados em algumas ações de médio e longo prazo, como por exemplo a construção de cisternas e tantas outras atitudes que os dois governos, estadual e federal, estão adotando juntos.

Portanto, era isso que gostaria de registrar. E agora cedo o tempo restante do partido ao meu nobre deputado e colega da comissão de Agricultura e Política Rural, Mauro de Nadal, para concluir o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pelo tempo restante do PMDB, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, devo também retornar ao tema trazido pelo deputado Aldo Schneider, referente à estiagem, que foi uma ampla discussão hoje pela manhã na comissão Agricultura e Política Rural, mas antes quero parabenizar a Cooper Itaipu e também a Cooperativa Agroindustrial Alfa, a Cooper Itaipu de Pinhalzinho e região e a Cooperalfa em Chapecó e região.

A Cooperalfa está realizando agora a décima sétima edição do Campo Demonstrativo Alfa - CDA Alfa - e a Cooper Itaipu realizou há poucos dias a décima quarta edição do Itaipu Rural Show. Quero parabenizá-los pelo evento, pela envergadura, pela qualidade, pela tecnologia que está sendo disponibilizada às famílias dos nossos agricultores, mas acima de tudo parabenizar a Cooperalfa pelo tema que traz à discussão, que é justamente a sucessão familiar lá no campo. É uma grande preocupação que já foi muito debatida neste Parlamento, no ano passado, e que todos nós parlamentares temos consciência e também dados técnicos no sentido que temos que fazer algo para que o jovem possa se estimular a viver no campo. E também temos dados técnicos que estão nos informando que a cada dia que passa os jovens deixam o meio rural por falta de incentivo e porque não deslumbram um futuro promissor, dando continuidade ao trabalho dos seus familiares, seus avós, que era justamente produzir alimentos para todo o nosso país.

Então a Cooperalfa e a Cooper Itaipu da forma como fazem esse evento todo ano, além de trazer novas tecnologias, também levam temas importantes para debates, seminários, palestras e na prática demonstram aquilo que rende mais para a vida do nosso agricultor. Isto é muito positivo, porque é uma feira totalmente diferente das feiras que estamos acostumados a presenciar por todo o estado catarinense, e com certeza as pessoas que lá chegam para as visitas acabam levando conhecimento técnico específico e também muitas alternativas de produção, novos equipamentos sendo colocados para facilitar a vida do nosso agricultor.

Parabéns aos nossos dois presidentes, ao Arno Pandolfo, presidente da Cooper Itaipu, e ao Romeu Bet, presidente da Cooperalfa.

Quero parabenizar também o trabalho desenvolvido pelo nosso governador Raimundo Colombo, pelo nosso vice-governador Eduardo

Pinho Moreira, o nosso secretário da Agricultura do estado catarinense, a Defesa Civil, pela presteza, pela forma dedicada e rápida que trataram e trabalharam a questão da estiagem da região oeste, do extremo oeste do estado de Santa Catarina, porque tão logo os dados foram trazidos ao conhecimento do governo catarinense lá esteve o governador, em exercício, conversando com os prefeitos, vereadores, com as lideranças da região, num propósito de forma emergencial, para conseguir fazer repasses aos municípios, auxiliar na contratação de caminhões pipas e atender principalmente ao interior das regiões atingidas pela estiagem.

Sabemos que a grande produção de grãos não se consegue salvar no momento da estiagem, é muito complicado esse processo. Mas com o abastecimento dos animais, que é uma grande cadeia produtiva, uma grande cadeia de rentabilidade para as pequenas famílias de agricultores, puderam ter os seus impactos abreviados, até porque todos os municípios lançaram mão de contratação de caminhões pipa e dessa forma levar água até o interior para garantir a criação de aves, suínos e acima de tudo garantir a produção de leite do estado catarinense, que por excelência é um leite de muita qualidade e que tem despertado interesse em muitas agroindústrias de se estabelecerem no território catarinense justamente pela qualidade que tem. O leite está trazendo ao nosso agricultor a oportunidade para continuar residindo no interior, porque mês a mês traz a renda para dentro de casa, e com essa renda o agricultor pode programar a sua vida, pode programar o seu futuro e acima de tudo ter expectativas de melhorias dentro da sua propriedade, para a compra de equipamentos, melhoria da tecnologia. Ele também pode programar a sua propriedade para que no dia de amanhã não falte recurso financeiro, porque somente a safra não é a que dá os nortes da nossa agricultura, mas sim aquilo que se produz com oportunidade de renda todo mês na propriedade dos agricultores.

Os temas trazidos hoje pela manhã para discussão na comissão de Agricultura foram importantes. Esteve presente o secretário de estado da Agricultura colocando os projetos que o governo catarinense tem disponibilizado aos nossos agricultores. Mas o mais importante de todos é a questão da construção de cisternas.

Eu pedi ao secretário hoje, pela manhã, que fosse dada uma atenção toda especial a essa questão, através da Epagri, no sentido de visitar as famílias dos agricultores que possuem maior necessidade de abastecimento de água, dada a sua produção. Mas essa visita já precisa ser com o propósito de convencer o produtor da importância da construção da cisterna, porque daqui a alguns dias vamos sair do período da estiagem e vamos entrar novamente no período de chuvas abundantes, pois por dez meses do ano temos chuva à vontade neste estado e esquece-se o problema da estiagem. Ai, no ano que vem, a estiagem torna a colher a nossa produção, os problemas repetem-se, e os agricultores não estão preparados com o armazenamento de água suficiente para atender aos animais que possuem na sua propriedade.

Então, a cisterna é importantíssima e barata. Trata-se de um dinheiro que o governo do estado está colocando à disposição dos agricultores interessados. O governo custeia todos os juros, toda a correção. Sai praticamente quase de graça...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença do ex-prefeito de Itapema, nosso amigo Clóvis da Rocha, da prefeita Luzia Vacarin, de Cunha Porã, do Solmar, presidente da Câmara de Vereadores. Eles estiveram em várias audiências, tratando principalmente das estiagens, tema que o deputado Mauro de Nadal abordou. Inclusive há países em que chove 400mm por ano e não falta água. E no nosso estado, onde chove 2.000mm, às vezes ficamos sem água em razão da desproporcionalidade com o tempo. Mas quero parabenizar esses administradores por estarem na defesa do interesse dos seus municípios.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero concluir o que dizia anteriormente.

Então, no Programa Juro Zero há, na verdade, dois anos de carência e oito anos para devolver somente o capital. Então, é um dinheiro importantíssimo que está à disposição dos agricultores, mas eles precisam ser estimulados a buscá-lo e a construir essas cisternas, porque do contrário o problema torna a aparecer porque a estiagem tem data marcada.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero fazer o registro da presença nesta Assembleia Legislativa do diretor da Assembleia Legislativa de Goiás, o Sardinha, juntamente com o Jardel, que é do cerimonial de Goiás, que estão trocando informações e experiências entre as Assembleias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado.

Esta Presidência também registra a presença dos amigos de Goiás, que nos visitam com alegria e com prazer, desejando-lhes uma boa estada, bem como das autoridades citadas pelo deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, eu gostaria de trazer uma informação muito importante que recebo agora de uma eleitora, através da rede social. A partir do dia 1º de janeiro deste ano, para renovar as nossas carteiras de motorista, temos o prazo de 30 dias após o vencimento. Segundo a nova legislação, se não fizermos a renovação da carteira nesses 30 dias, ela será cancelada automaticamente, e a pessoa terá que fazer todo o processo como se fosse uma carteira nova. Esse valor pode chegar a R\$ 1.2 mil. As mudanças começaram a partir do dia 1 de

janeiro, em que serão incluídos os novos conteúdos, além de uma nova carga horária.

O Diário Oficial da União publicou uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito que altera as regras para quem vai tirar a carteira de motorista. Entre essas mudanças está a carga horária do curso teórico, que vai passar de 30 para 45 horas, e a do prático, de 15 para 20 horas, sendo incluídos novos conteúdos.

Além disso, temos que providenciar com urgência a retirada do plástico do extintor, porque se a polícia revistar o motorista e o extintor, mesmo que não esteja vencido, estiver ainda com o plástico, receberá uma multa de R\$ 127,50 e cinco pontos na carteira.

Nem eu sabia dessa mudança que começou a vigir a partir de janeiro deste ano, por isso quero agradecer aqui à Sandra Rosana Borges da Silva, que nos comunicou isso, para que pudéssemos avisar aos catarinenses.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, boa-tarde a todos que nos acompanham, nesta Casa, através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

É uma satisfação grande ocuparmos esta tribuna pela primeira vez neste ano, quando certamente voltaremos a ocupá-la por muitas vezes, trazendo temas relacionados ao estado de Santa Catarina, ao Brasil, à conjuntura política, às questões concretas do dia a dia, à economia, enfim, a um conjunto de temas.

Quero cumprimentar a prefeita Luzia Vacarin, que nos está acompanhando, de Cunha Porã, município vizinho de Saudades. Pudemos contar com a presença também, nesta Casa, no período da manhã, do prefeito Antônio Ulsenheimer. É importante quando os prefeitos visitam esta Casa para acompanhar o trabalho dos parlamentares.

Quero também aqui somar ao discurso do deputado Mauro de Nadal os eventos realizados em Santa Catarina, como o Itaipu Rural Show 2012 e o CDA da Alfa, dois grandes experimentos, um laboratório de experiências, em que os agricultores vão lá para conhecer, assim como tantos outros que são realizados pelo estado afora por outras cooperativas.

Eu falava de manhã, e já quero comentar isso, sobre o debate a respeito da questão dos impactos da estiagem no oeste, que o estado de Santa Catarina vem mudando muito rapidamente as suas formas na economia agropecuária, na agricultura familiar, por termos diversidades, várias atividades da economia, várias atividades de renda e de que essas experiências que as cooperativas estão realizando trazem novas perspectivas e atividades de renda para os nossos agricultores.

Desta forma, fica mais fácil enfrentar esses momentos de falta de sol ou falta de chuva, de muita ou pouca chuva, que são os problemas climáticos principais que enfrentamos no estado.

Então, gostaria de fazer o registro desses investimentos públicos, como o Pronaf Investimento, o Pronaf Custeio, os programas públicos, o papel das empresas públicas de Santa Catarina, com investimentos na pesquisa, na extensão, como é o caso da Epagri, e de outros investimentos que fazem acontecer as mudanças e a melhoria da qualidade de vida dos nossos agricultores.

Mas, srs. deputados, falando sobre o problema climático, que é a falta de chuva no grande oeste catarinense, quero informar que tivemos hoje um grande debate pela manhã sobre esse assunto.

Quero agradecer ao secretário da Agricultura pela presença e cumprimentar toda a comissão da Agricultura desta Casa, através do presidente Aldo Schneider, que fez um grande debate e proporcionou um conjunto de discussões, de questionamentos e temas que se levantam frente a essa problemática que já convivemos há um bom tempo, desde o início dos anos 90, que são as permanentes estiagens, principalmente no nosso grande oeste catarinense. Então, buscar políticas permanentes e estruturantes é fundamental, mas também é fundamental buscarmos políticas emergenciais.

Não concordamos com a avaliação do secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues, que diz que não há mais nada a fazer agora. Temos, sim, que pensar em políticas emergenciais nessa questão da estiagem; pensar em políticas em longo prazo, como está sendo trabalhado, com a contribuição tanto do governo federal quanto do estado, com recursos federais que estão sendo investidos no estado, onde se está apostando principalmente na água da chuva nos reservatórios de água, que é, com certeza, uma estratégia muito importante para Santa Catarina.

Mas é preciso também que busquemos políticas imediatas que tragam mais tranquilidade aos nossos agricultores, e aí levantamos inúmeras questões, como a questão do programa Troca-Troca; pensar na possibilidade de anistiar esses recursos, essa política para os agricultores, enfim, inúmeras atividades.

Claro que quem tem animais o fornecimento de água é importante para essas famílias. O que é preciso que sejam feitas são políticas emergenciais, talvez uma das mais importantes nesse momento. Estamos acompanhando a situação e constatamos que a questão está-se agravando. E diziam os prefeitos de vários municípios que agora começava a faltar água para abastecer a população. Antes era mais preocupante a questão dos animais, agora começa essa nova preocupação de abastecer com água as pessoas.

Srs. deputados, quero falar também sobre o programa de cisternas. Eu concordo, presidente, que esse sistema talvez seja o mais importante, porque sabemos que muito dos poços artesianos já estão secos. Então, é o último passo que temos que dar, que é o extremo de buscar água na profundidade, furar o lençol freático, correndo o risco de contaminação. Garantir a água do subsolo com cisternas é importante, mas também com políticas e programas de preservação de fontes, recuperação de mata ciliar.

Assim sendo, propomos para o estado a criação de fato, este ano, não como aconteceu no ano passado, do pagamento por serviços ambientais, em que o agricultor teria uma recompensa financeira para recuperar toda a mata ciliar e garantir que a água permaneça por mais tempo na sua propriedade. E a segunda política importante é o que estado e a união precisam ampliar o subsídio para a construção de cisternas. Não é possível somente o agricultor pagar toda essa dívida. O juro zero é importante, mas é pouco ainda para eles.

Sr. deputado Elizeu Mattos, o agricultor faz um investimento, constrói um aviário, um chiqueiro, então, com isso, já contraiu uma dívida. E se ele tiver que fazer um investimento na cisterna contrairá mais uma dívida.

Então, o que estamos propondo aqui? Que seja feito um desconto de 50% do custo desse valor, vamos botar um custo limite de R\$ 15 mil, o agricultor tem um subsídio por parte do governo federal e estadual, e aí ele pagará a metade disso. Isso, sim, seria um incentivo.

Por que não está andando o programa? Estivemos acompanhando aqui alguns números e no ano passado, em 2011, segundo o relatório estadual, houve um investimento, mais ou menos, de R\$ 1,5 milhão. Dentro desse ponto, estão as cisternas. O que se percebe é que poucos agricultores estão acessando a esse programa e precisamos massificá-lo de fato. Então, é preciso, além da sensibilização, um incentivo maior para a assistência técnica.

E a segunda questão que nos preocupa é o fato de o estado ter deixado de investir 75% dos investimentos nessa área dos recursos hídricos, seja no fundo de mudança climática, no fundo hídrico, seja no fundo de pagamento de serviços ambientais ou em outros investimentos que existem no orçamento, que não estão sendo aplicados.

Assim sendo, a aplicação é muito pouca! Estamos deixando de aplicar 75,43% do que está no orçamento. Para isso é necessário ampliar os investimentos também do estado nessa questão de garantir que nas próximas viagens não haja um impacto tão forte como esse que ocorreu nas últimas estiagens.

Para finalizar, sr. presidente, quero agradecer à nossa bancada, à deputada Ana Paula Lima, ao deputado Jailson Lima, à deputada Luciane Carminatti, ao deputado Neodi Saretta, ao deputado Padre Pedro Baldissera, enfim, a todos os deputados, pela recondução da liderança da bancada para este ano.

Queremos agradecer o apoio e retribuir com muita dedicação, com muito trabalho, com muito compromisso, deputado Volnei Morastoni, a coordenação da bancada neste próximo período, lutando junto com os demais parlamentares.

Muito obrigado e um grande abraço!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, para que não haja nenhuma dúvida quanto ao que quis dizer no meu discurso na tarde de hoje, pois fiz uso de uma palavra que estava fora do contexto, peço a

retirada da palavra exterminar, extermínio, do meu pronunciamento. E faço um agradecimento ao deputado Kennedy Nunes, que observou isso no meu pronunciamento. Mas como não foi isso que quis dizer peço, humildemente, que seja feita essa correção, porque sempre na trajetória da minha vida defendi a democracia, a adversidade e a pluralidade.

Assim sendo, peço a retirada da palavra extermínio ou exterminar do meu pronunciamento feito nesta tarde.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sra. deputada, vamos pedir ao setor da taquigrafia para que atenda ao seu pedido, que assim o fará.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, funcionários, colaboradores desta Casa, primeiramente, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar todos pelo retorno definitivamente a esta legislatura do nosso recesso de trabalho.

Deputada Luciane Carminatti, v.exa. nos representou ontem, segundo meu entendimento, em Chapecó, ocasião em que fez uso da palavra no Dia de Campo, dia especial do setor cooperativista, administrado, realizado e organizado pela Cooperalfa, pela cooperativa central.

Nessas nossas andanças de recesso que, repito, não são férias para o deputado, é óbvio que alguém aproveita e tira um dia de férias como também o fiz, mas mais de 50% do nosso tempo foi feito o contato em nossas regiões, a exemplo do Dia de Campo, do show rural da Itaipu, em que estivemos, no fim de janeiro, em Pinhalzinho. Cooperativa essa presidida pelo sr. Arno Pandolfo, uma equipe sensacional, uma equipe que conhece a área do cooperativismo em todo o sentido, quer na orientação de campo, quer na orientação da suinocultura, da avicultura, além da fruticultura, da medicina popular, a medicina caseira que assim chamamos. Enfim, todos os tipos de ervas medicinais que conhecemos e outras tantas que estão sendo introduzidas pela cooperativa de Itaipu, na horta de cada agricultor, de produtor, de cada associado.

Tivemos a oportunidade também de participar, no dia de ontem, juntamente com outros srs. deputados e sras. deputadas, do Dia de Campo da Cooperalfa. Lá estava presente o governador, o secretário da Agricultura, o prefeito de Chapecó, deputados federais, outras autoridades da área do agronegócio como expositores, orientadores, vendedores, empresas, numa demonstração de que, sem a menor dúvida, Santa Catarina continua no seu lugar de destaque na orientação à agricultura familiar com treinamentos, demonstrativos, palestras, orientação técnica e funcional, com orientação na comercialização dos seus produtos, na manutenção do jovem no campo, que é uma das coisas mais importantes. Eu tenho dito isso nesses meus 21 anos de mandato.

Deputado Romildo Titon, v.exa. que representa também a nossa região, o ceieiro de Santa Catarina, a nossa querida Campos Novos, e toda a região do meio-oeste e oeste, sabe que cada vez mais estamos assistindo à melhoria da genética na área animal, à melhoria na genética da área vegetal, quer seja

do soja, do milho, do feijão, a fruticultura de clima temperado, a fruticultura de caroço. E na próxima semana teremos a solenidade de início da colheita da maçã, em Fraiburgo. Com tudo isso sinto-me feliz de ser catarinense.

Na realidade, quem acompanha um pouco o agronegócio, quem acompanha o produtor rural, quem acompanha a comercialização, a produção, o beneficiamento, o incentivo a esses produtores, vai entender que o melhor modelo ainda é o modelo cooperativo. É o associativismo ligado aos independentes, nas suas produções, na comercialização, buscando cada vez mais tecnologia. E eu chamo o setor cooperativo de o grande guarda-chuva, em que o nosso cooperado recebe a sua assistência financeira através dos bancos cooperativos como o Sicoob, o Sicredi e outros bancos, financiando o pequeno produtor, incentivando, controlando a aplicação dos empréstimos, para que ele tenha uma boa produtividade e, por conseguinte, um bom faturamento, para que consiga colocar dinheiro no bolso, como dizia o nosso saudoso Vilson Kleinübing: "O colono que não bota dinheiro no bolso, vai embora para a periferia da cidade".

Mas vimos, mais uma vez, em Chapecó, a demonstração de uma cooperativa que orgulha Santa Catarina e o Brasil, que é a Cooperalfa, tanto quanto as demais; a preocupação do nosso grande presidente Romeo Bet, juntamente com o vice-presidente, Cládis Jorge Furlanetto, que fez um pronunciamento em nome da cooperativa, em nome do conselho diretor, e a vontade dos nossos produtores de aprender, visitando os estandes, vendo as inovações dos equipamentos utilizados na fruticultura, na horticultura, na suinocultura, na avicultura, na bovinocultura, nos produtores de leite. Enfim, toda a linha do agronegócio de produção de alimentos, as inovações que estão sendo criadas, para favorecer cada vez mais o trabalho do homem do interior.

A nossa dona-de-casa também está lá demonstrando o quanto é importante a sua participação nesse setor do cooperativismo em que temos, hoje, na direção das cooperativas tantas mulheres e tantos jovens mostrando que a solução para o Brasil e Santa Catarina ainda é a produção de alimentos.

Cada vez mais, sr. presidente, eu me convenço de que os governos devem incentivar mais a agricultura, porque se nós nos alimentamos de manhã cedo é graças ao produtor rural, e temos a grande obrigação de agradecer-lhe por tudo aquilo que ele faz em benefício do homem dos grandes conglomerados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Também quero, deputado, na mesma esteira, cumprimentar a cooperativa Alfa e reconhecer o grande trabalho das cooperativas.

Ainda faltam seis minutos para as 16h. Portanto, vamos suspender a sessão por seis minutos e retornaremos com a Ordem do Dia às 16h.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0001/2012 e 0002/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0003/2012,

de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0004/2012, 0006/2012, 0007/2012 e 0008/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0005/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0009/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 0010/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0001/2012 e 0024/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0002/2012, 0003/2012, 0004/2012, 0005/2012, 0006/2012 e 0007/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0008/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0009/2012, 0010/2012, 0011/2012 e 0012/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0013/2012, 0014/2012, 0016/2012, 0017/2012, 0019/2012, 0020/2012, 0021/2012 e 0022/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0015/2012 e 0018/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, 0023/2012, de autoria do deputado Edison Andrino; 0025/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0026/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0027/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; e 0028/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0001/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, manifestando repúdio ao PL n. 1.448/2011, e solicita a rejeição do mesmo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0001/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do estado, solicitando informações referentes às notícias veiculadas sobre o pagamento de gratificação destinada aos 16 servidores deste Ministério Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0002/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações referentes às câmeras de segurança instaladas na cidade de Blumenau, quantos policiais militares e civis estão em atuação e quantos peritos serão incorporados ao IGP deste município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0003/2012, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, a ser enviado ao secretário de estado de Infraestrutura e ao presidente do Deinfra, solicitando informações sobre quais rodovias catarinenses estão habilitadas para o tráfego de caminhões do tipo bitrem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0004/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Assistência Social, solicitando informações sobre o valor arrecadado pelo Fundo para a Infância e Adolescência, em 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Como estamos iniciando a sessão legislativa e hoje tivemos reunião apenas da comissão de Constituição e Justiça, na sessão de amanhã deveremos ter, após as reuniões das comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, projetos para serem votados e deliberados.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e comunidade catarinense, hoje é um dia importante para nós, deputados, uma vez que estamos iniciando os trabalhos legislativos na certeza de que o nosso trabalho será realizado durante este ano com muito afinho e dedicação.

Gostaria de me pronunciar, hoje, a respeito da visita do governador Raimundo Colombo ao planalto norte.

Estivemos nos municípios de Três Barras e Canoinhas inaugurando uma ponte intermunicipal que liga o município de Canoinhas ao município de Três Barras. Essa ponte teve como bojo uma grande discussão porque foi uma obra de R\$ 1,100 milhão, sendo que foi administrada por Elói José Quege e Leoberto Weinert, respectivamente prefeitos de Três Barras e Canoinhas.

Tivemos a inauguração do abrigo do Aeroporto de Três Barras, ocasião em que esteve presente o secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, juntamente com representantes da Associação Comercial de Canoinhas e lideranças de Três Barras. Na

oportunidade fizemos um pedido para que o Aeroporto de Três Barras fosse regionalizado. Portanto, foi feito o pedido ao secretário Valdir Cobalchini - e também lá estava o deputado Silvio Dreveck - para que acontecesse essa grande obra que irá representar os anseios do planalto norte.

Hoje a empresa Rigesa faz um investimento na região de US\$ 480 milhões, e a empresa Mili faz um investimento de duzentos milhões. Portanto, são duas grandes empresas do município de Três Barras, respondendo com grandes investimentos no estado de Santa Catarina.

Tivemos também a inauguração do Ginásio de Esportes Magno Fuck, de grande importância para o município de Canoinhas. Na oportunidade também foi inaugurada a cancha de bocha, sendo que fomos intimados a jogar uma partida de bocha com o governador Raimundo Colombo.

A incubadora de Três Barras foi inaugurada pelo prefeito Elói José Quege.

O governador recebeu, com satisfação, uma grande reivindicação do município de Canoinhas com relação ao esporte do município, que estava acéfalo e adormecido. E o governador Raimundo Colombo, com a sua visão esportiva, fez um investimento de R\$ 500 mil para a recuperação do estádio Ditão, fazendo com que os esportistas de Canoinhas tivessem um novo alento.

Muito obrigado, governador Raimundo Colombo, pela sua intervenção no planalto norte, intervenção essa decidida para o bem da nossa comunidade.

Também foi feito um pedido de maiores investimentos para o planalto norte, especialmente para as pessoas mais pobres, mais necessitadas, que precisam ser reconhecidas pelo seu endereço e pelo nome que têm.

Temos certeza de que o governador do estado vai fazer, sim, com que o ICMS da nossa região seja um ICMS privilegiado, fazendo com que também participemos do crescimento e do desenvolvimento que acontece, hoje, no litoral de Santa Catarina.

O planalto norte, bem como também os municípios que fazem parte da BR-116, terão, sim, esse benefício fiscal para que os seus municípios tenham um crescimento maior e um desenvolvimento melhor.

Mas queremos também, neste momento, agradecer ao secretário de Segurança Pública. O dr. César Grubba, sem dúvida nenhuma, olhou com olhos especiais para o planalto norte e para o município de Canoinhas, juntamente com o comandante da polícia do estado de Santa Catarina, coronel Nazareno Marcineiro. Portanto, o nosso muito obrigado pelas viaturas que para lá foram destinadas. Temos certeza de que essa entrega das viaturas mostrará que a segurança pública está atenta ao município de Canoinhas e ao planalto norte. Nós agradecemos o empenho e o trabalho que vem sendo realizado na segurança pública do estado de Santa Catarina. E a entrega das viaturas ao município de Canoinhas e ao planalto norte será feita com muita pompa e com muita alegria na sexta-feira.

Queremos dizer que a segurança pública não vive somente de viaturas, mas vive

também de câmeras de vídeos. Temos certeza de que essas vídeo-câmeras que foram implantadas nos municípios são muito importantes e que as seis vídeo-câmeras do município de Canoinhas também serão instaladas.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., que nasceu em Marcílio Dias, o mesmo distrito onde eu nasci.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. e dizer que sou canoense, com muito orgulho, mas quis o destino que eu tivesse um caminho diverso. Queria ter voltado para lá como advogado e ter feito carreira política, confesso, mas acabei indo para o oeste do estado e o litoral.

Gostaria de parabenizar v.exa. pela defesa que tem feito do planalto norte, assim como também quero parabenizar o governador, que esteve lá com todas essas ações.

A questão da segurança pública é primordial, e com a interferência de v.exa. e a participação do governo, ao longo do tempo, tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar têm recebido reforço. Agora neste mês de fevereiro o governo vai fazer a nomeação dos policiais aprovados, inclusive chamando remanescentes de 2008 que não alcançaram a classificação entre o número previsto para os aprovados, mas que alcançaram média e serão também convocados.

Então, gostaria de parabenizar o governo por todas as ações que têm sido feitas, assim como também v.exa., pela defesa do planalto norte catarinense, a minha querida terra natal.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado.

É verdade! Nós temos as duas secretarias: a da Infraestrutura, com o dr. Valdir Cobalchini, que aqui já citei, e também a secretaria da Saúde, com o dr. Dalmo de Oliveira, e a quem devo fazer aqui um agradecimento, porque Canoinhas conta, hoje, com um tomógrafo computadorizado. O município está alegre com os recursos da secretaria da Saúde, que foram no valor de R\$ 770 mil, para compra do tomógrafo computadorizado. Hoje já temos aparelho para ressonância magnética, tomógrafo, UTI credenciada com 10 leitos, além de banco de sangue, porque a nossa região possui o maior número de doadores de sangue, proporcionalmente, no estado de Santa Catarina, e talvez no Brasil, com o maior doador de sangue do mundo lá presente, o sr. Orestes Golanowski. Isso, sim, faz com que o planalto norte fique cada vez mais forte.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, o deputado Kennedy Nunes, no ímpeto de orientar a população, falou de um e-mail que circula na

rede avisando aos condutores que se a renovação da carteira de habilitação não for efetuada no prazo de 30 dias, terão que fazer todos os testes novamente.

Pois bem, essa foi uma resolução do Contran, de 2008, quando tínhamos aquela carteira sem foto. Depois, essa resolução foi objeto de uma ação civil pública e caiu por terra. Então, somente para orientar quem acompanha a TVAL, a renovação permanece nos mesmos trâmites. E, quanto ao aumento da carga horária, trata-se de uma resolução também de 2008, mas isso já desde o dia 1º de janeiro de 2009 vem sendo aplicado.

Quanto à exigência de retirar o plástico do extintor, consultei a gerente de veículos do Detran, que disse nada constar sobre esse assunto. O código exige o extintor, se está envolto no plástico ou não, não há nada a respeito.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves. Eu quero apenas cumprimentar o nosso vice-prefeito de Otacílio Costa, João Pedro Velho Tibúrcio, nosso grande amigo; também o sr. Luiz de Oliveira, nosso vereador e secretário de Agricultura; o tesoureiro do sindicato, Marinho da Silva, e também o Eugênio de Barbi.

Quero fazer esse registro e lhes desejar uma boa estada aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas que se fazem presente neste plenário. É uma satisfação retomar os trabalhos em 2012. Desejo a todos um ano bem sucedido, com proposições, com intervenções, enfim, na luta pela grandeza do estado de Santa Catarina.

Cumprimentando o nosso vice-prefeito de Otacílio Costa, Pedro Velho Tibúrcio, membro da Assembleia de Deus, desta cidade, quero cumprimentar a todos que prestigiam a sessão desta tarde.

Gostaria de dizer que ouvi a deputada Ana Paula Lima elogiando a nova ministra da secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci. E de fato, lendo o seu currículo, percebo que ela é uma lutadora pelas causas das mulheres do Brasil desde a época da ditadura. Apenas lamentei que assumiu hoje a nova ministra com um discurso um tanto quanto contrário à proposta da presidente Dilma Rousseff.

A ministra Menicucci no seu discurso de posse, hoje, disse que vai lutar pela legalização do aborto, um discurso que a presidente Dilma descartou na sua campanha quando candidata à presidente da República, prometendo que de fato isso não faria parte do programa do seu governo.

Nós, como cristãos, entendemos que capitanear uma campanha pró-aborto é trágico, é andar na contramão dos ideais da família, é negar o inviolável direito à vida.

Portanto, lamentamos esse discurso de posse da nova ministra da secretaria de Políticas para as Mulheres. Esperamos que ela tenha maturidade para rever essa posição.

Sr. presidente, srs. deputados, é com muita satisfação que recebemos, hoje, pela manhã, o dr. Clóvis Benevides, secretário de Política Sobre Drogas do Estado de Minas Gerais e também o assistente social Wellington Vieira, presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas no Brasil. Estivemos reunidos com o secretário da Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira e, paralelamente, com o governador Raimundo Colombo, discutindo, de forma bastante intensa, com os membros da Frente Parlamentar de Combate e Prevenções às Drogas, algumas proposições nos eixos tradicionais de combate e prevenção passando pela questão da reabilitação, da repressão, mas de uma forma muito específica, focando a problemática do uso e do abuso de substâncias psicoativas.

Entendo que, de fato, isso é um problema de ordem social, mas também de saúde pública, que chama a atenção de todas as esferas da sociedade, das nossas organizações não governamentais, do governo federal e, especialmente, do governo do estado. Entendo que é necessária a adoção de medidas urgentes nessa questão.

Acompanhamos de perto as proposições da Confederação Nacional dos Municípios do Brasil e, segundo pesquisa feita em Santa Catarina, 86% dos municípios sofrem com as consequências do consumo de drogas. Ao longo da nossa caminhada em 2011, tivemos a oportunidade, especialmente nas audiências públicas, de coordenar em sete regiões de Santa Catarina e também nas visitas a quase uma centena de comunidades terapêuticas no estado de Santa Catarina. Chegamos a algumas conclusões e elaboramos um documento que foi devidamente entregue aos srs. parlamentares e à sociedade catarinense com algumas das proposições levantadas nas audiências públicas.

Hoje tivemos a oportunidade de escutar atentamente a experiência do governo de Minas Gerais, através do seu secretário de Políticas Sobre Drogas, dr. Clóvis Benevides, e de compartilhar essas experiências com o governador Raimundo Colombo.

Tivemos também a oportunidade de colocar nas mãos do governador uma prévia daquilo que, entendemos, poderá ser futuramente um acordo de trabalho, de ação entre o Parlamento, o governo do estado e as nossas organizações não governamentais.

Estamos desenhando um convênio que poderá abranger cerca de mil internações, de vagas, que serão ocupadas numa proposta de seis meses de tratamento, de reabilitação tendo como fonte de recursos o Fundo Estadual de Saúde.

Nossa proposta inicial, discutida e debatida na própria Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, é de que esses recursos fossem extraídos do Fundo Social do governo do estado. Mas numa

conversa com o governador ele achou muito mais interessante e mais apropriado que esses recursos pudessem ser extraídos do Fundo Nacional de Saúde, de acordo com a Lei n. 15.723, aprovada nesta Casa, para o Orçamento do exercício de 2012. Disporá aí de R\$ 1,529 bilhão, e desta forma, o convênio que estamos propondo representará aproximadamente 0,8% do total a ser aplicado na saúde no ano de 2012.

Na proposta que estamos desenhando, que vamos levar para o debate na Frente Parlamentar e, futuramente, buscar um entendimento com o governo do estado, esse recurso deverá ser aplicado, como disse, em mais de uma centena de comunidades terapêuticas e especificando 60% para o pagamento pessoal de encargos sociais. Assim, vamos qualificar as nossas comunidades terapêuticas com profissionais, com psicólogos, com médicos e com assistentes sociais. E 40% com o custeio de gêneros alimentícios, material de higiene, de limpeza, de expediente, consertos, reparos, combustíveis, enfim, para manter o trabalho do dia a dia nas comunidades terapêuticas. Propomos também ao governo do estado que não haja nenhuma criação de um novo órgão para que, de uma forma ou de outra, não onere ainda mais o governo do estado. E que isso seja feito na forma descentralizada, que já está prevista através das nossas secretarias de gerenciamento regional, as nossas SDRs, e através das gerências de saúde que se encontram nas SDRs, facilitando assim o trabalho de convênio com as comunidades terapêuticas. É uma prévia de um documento que queremos ainda debater de forma intensa junto à Frente Parlamentar, hoje, composta por cerca de dez deputados estaduais, e que vai resultar, certamente, não somente na cooperação do Fórum Parlamentar desta Casa, mas, também, na parceria com as organizações não governamentais, sobretudo, aquelas representadas pela Associação Catarinense de Comunidades Terapêuticas. É um sonho que esperamos concretizar nos próximos dias.

Quiçá no mês de abril poderemos ter nesta Casa a presença do governador, do secretário de estado da Saúde, juntamente com representantes das comunidades terapêuticas firmando essa parceria, possibilitando pela primeira vez no estado de Santa Catarina um convênio de financiamento da parte do governo do estado com as comunidades terapêuticas espalhadas e pulverizadas em todo território catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino.

Na ausência do deputado Edison Andrino, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, todos que acompanham esta sessão, a primeira em que me pronuncio neste ano de 2012.

Quero registrar quatro temas que, acredito, são fundamentais, neste momento. Alguns são temas de 2011, ou seja, temos que dar continuidade.

O primeiro tema refere-se à cobrança do governo do estado dos compromissos assumidos com o Magistério catarinense no ano que passou.

Todos lembram muito bem que foram 62 dias de uma greve importante que trouxe à tona vários problemas da Educação de Santa Catarina, entre os quais a realidade física das escolas, que continua no início deste ano. Outro grande problema é a remuneração dos trabalhadores em Educação que continua como um tema a ser tratado com respeito, e é claro, a implantação do Plano de Carreira do Magistério.

Queremos também fazer o registro de que neste mês de janeiro foi recomposta a regência de classe, que o governo havia reduzido o percentual. Reconhecemos isso.

No entanto, no que se refere à carreira, ao piso, deveremos ter o anúncio agora em meados de fevereiro com relação ao novo valor de aproximadamente 22,22% em relação ao valor do ano anterior. Temos ainda essas demandas sobre as quais o governo se pronunciou e se comprometeu na mesa de negociação com o sindicato dos trabalhadores.

Então, queremos refrescar a memória e dizer que o ano está começando e os professores estaduais aguardam com muita expectativa essa definição. Temos acompanhado, internamente e através da imprensa, que há troca de comando na secretaria de Educação. Quero dizer que essas indefinições por parte do gestor público estadual, na figura representado pelo governador, não podem prejudicar o andamento das discussões que foram iniciadas no ano que passou.

Os professores começam as suas atividades agora. As aulas têm dia e hora para começar, portanto, não temos tempo a perder. Mexam-se! Esse é o recado que gostaria de mandar à secretaria de Educação. Não gostaria de começar o ano com greve novamente. Penso que é extremamente possível evitar que isso aconteça, mas deve haver respeito.

O segundo tema que quero abordar é com relação à estiagem. Não poderia deixar de fazê-lo porque hoje temos em torno de 86 municípios em situação de emergência já decretada e, caso confirme-se a previsão da Defesa Civil, chegaremos a 190 municípios atingidos pela estiagem.

Por isso, além de fazer propaganda e falar bonito, o secretário da Agricultura deve disponibilizar mais dinheiro para investimentos não em um ou dois poços artesianos por município, mas, sim, para que todos os agricultores possam ter programas como de cisternas, programas preventivos duradouros, transformados em lei para que fiquem estabelecidos todos os anos recursos que possam ajudar, não apenas o agricultor a ter a água da chuva através das cisternas armazenadas, mas sistemas de irrigação e uma renda adequada que proteja o agricultor quando surgir um risco de perda da lavoura, da sua renda e produção.

Esse foi tema também da Itaipu, bem como do CDA, aos quais estive presente. E quero fazer uma menção tanto ao CDA e a Itaipu Rural Show porque são duas atividades que agregam o cooperativismo de Santa Catarina e que trazem a importância das autoridades responsáveis também cumprirem com as suas responsabilidades.

Assim, mencionei educação, estiagem e também esses dois eventos: o CDA e Itaipu Rural Show. Deixo os últimos minutos para falar de algo que nos causa muita angústia, dor e sofrimento, que é com relação ao assassinato do nosso grande companheiro, ex-vereador de Chapecó, nosso colega vereador Marcelino Chiarello.

Praticamente 65 dias, deputado Dirceu Dresch, passaram-se, e a Justiça decretou sigilo nas investigações. Ontem à tarde, fui surpreendida através da imprensa estadual, de um canal de televisão aqui de Florianópolis, dando conta de que um dos delegados que chefiava as investigações teria ligado ao delegado da Polícia Civil estadual mencionando que o inquérito estaria sendo enviado ao Ministério Público e nesse inquérito a causa da morte teria sido suicídio.

Além disso, nos causou perplexidade, deputado Dirceu Dresch, porque não acreditamos que um sujeito depois de ter tantas marcas de violência, tenha condições de cometer suicídio, enfim, de causar sua própria morte, é como se eu matasse alguém e depois essa pessoa me matasse, é algo impossível de fazer, é um absurdo eu diria.

Mas, nos choca também, porque se o juiz decretou sigilo nas investigações, como a cidade de Chapecó há 20 dias fala disso? Como isso acontece? Quer dizer, alguns estão tendo informações que a família e os advogados que cuidam do caso não têm? Por que e para quem interessa o sigilo das investigações? Não vamos conseguimos ter tranquilidade enquanto não se buscar a verdade. E a verdade tem que ser dita, tem que ser provada e tem que haver respeito com as pessoas que trabalharam nesse caso.

Quero dizer que a nossa indignação se soma às palavras da própria secretaria de Segurança Pública, quando admitiu em uma das audiências sobre o caso que tem dificuldades de pessoal e equipamentos para investigação. E vem a pergunta que sempre se fez durante esse período: ora, se existe essa dificuldade, porque não procuraram ajuda da Polícia Federal, uma vez que o próprio ministro da Justiça já manifestou sua disposição em contribuir?

Então, está faltando mais respeito com essa liderança que nos deixou, e isso tem servido para aprendermos muito, pois a verdade é uma busca incessante de todos nós. E não vamos sossegar, não vamos conseguir tocar nossa vida como ela exige, com tranquilidade, se não for identificada a motivação que houve e de fato quem está por trás dessa morte.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputada Luciane Carminatti, quero agradecer a oportunidade nestes poucos segundos que nos restam, quero parabenizá-la e me somar a esta sua cobrança. Como líder da nossa bancada, não vamos cessar nossa luta, nossa determinação antes desse fato ser totalmente esclarecido, e não pela metade, queremos saber a verdade total.

Então, o nosso deputado Pedro Uczai e outras lideranças estão todas envolvidas para que de fato esse crime que mancha Chapecó, a região oeste, o estado de Santa Catarina e o Brasil, por ser uma liderança atuante que foi morta, seja esclarecido. A cobrança com a secretaria de Segurança Pública continua, e se não houver estrutura, não houver condições de esclarecimentos dos fatos, que se busque apoio, como v.exa. falou, junto à Polícia Federal.

Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Por último, quero desejar a todos os servidores, aos deputados, ao público que nos acompanha nesta sessão, que este ano seja um ano iluminado, de muita paz, de muita construção coletiva e de muito sucesso a todos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, não vou utilizar os dez minutos que me foram cedidos, mas gostaria de pelo menos deixar registrado aquilo que aguardávamos há muito tempo em Joinville, um procedimento que, diria, deveria se tornar mais frequente em nosso município. Na segunda-feira, melhor, no dia de ontem, estivemos na Delegacia Regional de Polícia, com o delegado regional, dr. Silveira, para concretizar o recebimento de dez viaturas policiais. Estavam presentes os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes. Por força de compromisso já assumido em Florianópolis, não estava junto, mas tomamos o cuidado de abordar o assunto porque essas viaturas policiais são fruto de um trabalho em conjunto de todos.

Dez viaturas. Três caracterizadas e sete delas não caracterizadas destinadas a trabalhos de investigação e outros tipos de trabalho que a Polícia Civil desenvolve. Uma delas para o município de Itapoá, outra para Garuva, e outra viatura para Araquari. Foi também encaminhado para Joinville, através do governo do estado, um número interessante de coletes à prova de bala em substituição a outros que estavam praticamente vencidos, e também equipamentos eletrônicos para uso da Polícia Civil.

São trabalhos que nós desenvolvemos aqui na Assembleia através da bancada do norte, mais especificamente de Joinville, dos três deputados, reivindicando junto ao governo do estado melhorias para a segurança, e aos poucos, mesmo em conta gotas, mesmo numa proporção pequena, vamos vendo atendidas nossas reivindicações. E aguardamos, evidentemente, que seja aumentado o número de policiais, não só civis como também militares para Joinville.

Temos, em Joinville, em que pese toda excelência da nossa Polícia Civil e Militar, um número de assassinatos bastante assustador. Tivemos muitos assassinatos por conta do submundo, acertos de conta, quase todos provenientes do mundo das drogas.

E falando em drogas, recentemente tivemos inaugurado em Joinville o Parque de Joinville, que no meu modo de entender é uma grande praça, não é um parque. Parque, no meu modo de entender é uma coisa bem maior, bem mais abrangente. Estivemos lá no Guanabara, em Joinville, na inauguração de uma grande praça, que o prefeito chama de Parque de Joinville, que conta com pista para *skate*, *playground*, enfim, chama para aquele local um número bastante expressivo de adolescentes, de jovens, e aí é que vem o problema. Onde tem jovem, onde tem adolescente aglomerado tem também o traficante espreitando. O traficante está espreitando.

É em escolas, em praças públicas, onde há um movimento de garotos, o traficante está espreitando. E a nossa preocupação é justamente essa, se abre mais um local em Joinville para a recreação, especialmente da primeira e da terceira idade, com um policiamento razoável até certa altura do dia, depois disso fica abandonado o local.

O que está acontecendo? Vandalismo, um local de lazer que foi recém inaugurado é vítima de vandalismo de toda espécie. Tá esculhambada, em português claro mesmo, aquela praça por conta da anarquia que se estabelece lá depois de determinado horário em que a polícia se retira.

O que precisamos é estar atentos 24 horas, porque o traficante, o bandido, ele está, sim, atento, ativo 24 horas. E nós precisamos também estar, nesse mesmo sentido.

Estou falando isso do Parque de Joinville, mas posso também incluir nessa minha fala as escolas, não somente desse município, mas de outros também que estão desguarnecidos da verdadeira vigília que deveríamos ter para cuidar daqueles que ainda não se perderam, que são as nossas crianças que estão dentro das escolas, enquanto que o traficante ronda o tempo inteiro. É para isso que chamo a atenção: questão de segurança nesses locais onde temos os nossos adolescentes.

Quero aproveitar o tempo que me resta para falar um pouco da ebulição política que vivemos, neste momento, em Santa Catarina, com a iminência de substituição de secretários, no governo do estado, e as conversas de bastidores que correm bastante para os entendimentos e também coligações para as prefeituras de nosso estado. E não posso, evidentemente, deixar de citar a minha Joinville onde, neste ano, há uma vontade muito grande de determinadas lideranças de formar uma coligação, havendo também a vontade do meu querido companheiro de Assembleia deputado Kennedy Nunes e do deputado Darci de Matos, que se estão colocando à disposição para serem candidatos a candidato a prefeito, e assim não está sendo diferente em outros lugares.

Vejo aqui o PSDB com quatro secretarias e há uma preocupação muito grande, dentro do partido, pela possibilidade de vir a perder algumas delas. No governo Dilma Rousseff, por exemplo, os caras fazem uma baita de uma lambança e o partido substitui porque faz parte da base do governo; saiu um que fez uma lambança e entra outro lá e assim acontece, mas sempre do mesmo partido porque faz parte da base do governo.

Nesse nosso caso, aqui em Santa Catarina, o PSDB faz parte da base do governo e, assim sendo, devem acontecer algumas mudanças, há uma conversa muito forte no sentido de troca na secretaria de Educação, ocupada por um membro do PSDB. No meu modo de entender é natural que o PSDB indique outro para ocupar aquele lugar, se é que este partido faz parte da base, eu entendo até agora que faz parte da base. Então, sai uma peça e imediatamente é substituído por outro elemento de dentro daquele partido que faz parte da base. E esse é o nosso entendimento.

Nós vamos ter, como sempre, a cada dois anos, essa discussão por coligações e políticas. Quem sabe um dia tenhamos toda essa discussão somente a cada quatro anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo oradores que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, Ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA Nº 024, de 07 de fevereiro de 2012

Edita o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, para o Poder Legislativo Catarinense.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Decreto Estadual nº 769, de 11 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial nº 19.250, de 12 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, no âmbito do Poder Legislativo Catarinense, conforme segue:

- ⇒ 20 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- ⇒ 21 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- ⇒ 22 de fevereiro, quarta-feira de cinzas (ponto facultativo até às 13:00 horas);
- ⇒ 06 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- ⇒ 21 de abril, sábado, Tiradentes (feriado nacional);
- ⇒ 1º de maio, terça-feira, Dia do Trabalho (feriado nacional);
- ⇒ 07 de junho, quinta-feira, *Corpus Christi* (ponto facultativo);
- ⇒ 11 de agosto, sábado, Data Magna do Estado de Santa Catarina (feriado estadual);
- ⇒ 07 de setembro, sexta-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
- ⇒ 12 de outubro, sexta-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- ⇒ 02 de novembro, sexta-feira, Finados (feriado nacional);
- ⇒ 15 de novembro, quinta-feira, Proclamação da República (feriado nacional);
- ⇒ 24 de dezembro, segunda-feira, véspera do Natal (ponto facultativo);
- ⇒ 25 de dezembro, terça-feira, Natal (feriado nacional); e
- ⇒ 31 de dezembro, segunda-feira, Véspera de Ano Novo (ponto facultativo).

Parágrafo único. O feriado estadual de 11 de agosto, relativo à Data Magna do Estado de Santa Catarina, será transferido para o domingo subsequente dia 12 de agosto.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 025, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2156/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 2º § 5º, do art. 40 da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **TULIA DE FREITAS RIBEIRO**, matrícula nº 2047, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, a contar de 19 de agosto de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 026, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2206/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 2º § 5º, do art. 40 da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **DULCINEA MOREIRA**, matrícula nº 2028, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56, a contar de 10 de julho de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 027, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1541/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **MIRIAM DAS GRAÇAS HERZMANN VIEIRA**, matrícula nº 1295, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 20% (vinte por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e do código do cargo em comissão, PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, com eficácia financeira a contar de 01 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 028, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0008/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **RENATA ROSENIR DA CUNHA**, matrícula nº 6342, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 03 de janeiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 029, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2614/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR à servidora **ROSELIA FLORENCIO**, matrícula nº 1999, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 19 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 030, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2514/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **BONIFACIO THIESEN**, matrícula nº 1129, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 031, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2558/2011,

RESOLVE: com fundamento no parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária por tempo de contribuição, à servidora **IVELISE SELL**, matrícula nº 1460, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 032, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2410/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, c/c o art. 70, § 9º da Lei Complementar nº 412, de 2008,

CONCEDER APOSENTADORIA por invalidez, ao servidor **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1239, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos proporcionais, na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 033, de 07 de fevereiro de 2012

Dá nova redação ao Art. 12 do Ato de Mesa nº 396 de 29 de novembro de 2011, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC.

RESOLVE:

Art. 1º O art. 12 do Ato de Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.....

Parágrafo único. A alteração da designação do Secretário Parlamentar para o exercício de Atividade Externa somente se dará se não houver déficit de horas trabalhadas no Sistema de Registro Eletrônico.”

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 034, de 07 de fevereiro de 2012

Estabelece o cronograma de pagamento dos vencimentos e da gratificação natalina dos servidores da Assembleia Legislativa para o exercício de 2012, e adota outras providências

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o cronograma de pagamento dos vencimentos dos servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e da gratificação natalina referente ao exercício de 2012, que dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato.

§ 1º A antecipação do pagamento da gratificação natalina será efetuada consoante Ato de Mesa nº **063**, de 15 de março de 2007.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, o servidor deverá formalizar a opção por escrito na Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal - CPSP, até o dia 10 de março de 2012, conforme previsto no art. 2º do Ato de Mesa nº 063/07.

§ 3º Ao servidor efetivo que não formalizar a opção de que trata o § 2º, aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 2º do Ato de Mesa nº 063/07.

§ 4º Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo de provimento em comissão que não formalizar a opção de que trata o § 2º, o pagamento será efetuado na forma prevista na alínea “a” do inciso III do art. 1º do Ato de Mesa nº 063/07.

Art. 2º Apenas em caráter excepcional, para servidor efetivo, ativo e inativo, por motivo de doença devidamente comprovada, serão analisadas situações diversas de adiantamento de gratificação, limitado ao percentual de cinquenta por cento.

Art. 3º O vale alimentação será creditado no último dia útil de cada mês, consoante contrato de prestação de serviços firmado entre a Assembleia Legislativa e a empresa fornecedora.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 034, de 07 de fevereiro de 2012

CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS - EXERCÍCIO 2012			
MÊS	DIA DO PAGTO	DIA DA SEMANA	GRATIF NATALINA
FEVEREIRO	24	Sexta - feira	
MARÇO	26	Segunda - feira	30/03 - Sexta-feira 25%
ABRIL	26	Quinta - feira	
MAIO	25	Sexta - feira	
JUNHO	26	Terça - feira	29/06 - Sexta-feira 25% ou 50%
JULHO	26	Quinta - feira	
AGOSTO	24	Sexta - feira	
SETEMBRO	25	Terça - feira	
OUTUBRO	25	Quinta - feira	
NOVEMBRO	26	Segunda - feira	
DEZEMBRO	20	Quinta - feira	14/12 - Sexta-feira 50% ou 100%

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 035, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **CINTIA MARA SCHE VIEGAS**, matrícula nº 2537, da função de Chefia de Seção - Processos e Atos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DRH - Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 036, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2346/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **CINTIA MARA SCHÉ VIEGAS**, matrícula nº 2537, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 1º de fevereiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 037, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **SERGIO LUIZ SELL**, matrícula nº 1013, da função de Chefe da Seção de Processamento da Informação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 15 de dezembro de 2011 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 038, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **ADIEL FERNANDES CIPRIANO**, matrícula nº 1449, da função de Assessoria Técnica-Administrativa - Atendimento aos Usuários, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DTI/CPD - Gerência de Projetos e Desenvolvimento).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 039, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **DEYSE APARECIDA FERREIRA**, matrícula nº 6327, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Atendimento aos Usuários, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DTI/CSM - Gerência de Projetos e Desenvolvimento).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 040, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **ADIEL FERNANDES CIPRIANO**, matrícula nº 1449, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Manutenção de Equipamentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DTI/CSM - Gerência de Suporte Técnico e Manutenção).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 041, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **ROCLER RECH**, matrícula nº 2097, da função de Chefe da Seção de Projetos e Gestão do Conhecimento, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DRH - Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 042, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **ROCLER RECH**, matrícula nº 2097, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a Chefia da Seção de Processamento da Informação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 043, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR A PEDIDO a servidora **FABIANE JORGE MOREIRA**, matrícula nº 6093, do cargo de Assistente de Relações Institucionais, código PL/DAS-3, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (CGP - Secretaria Executiva de Relações Institucionais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 044, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Especial, integrada pelos servidores **GERSON RODRIGO DE BANDEIRA PAMPLONA**, matrícula nº 1458, **HELOISA MARA LISBOA VIEIRA**, matrícula nº 1290, **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756, **PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR**, matrícula nº 1020, **FABIANO AUGUSTO FERNANDES KRIEGER**, matrícula nº 1843, e **MARCELO AUGUSTO COSTA RICHARD**, matrícula nº 1527, todos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para, sob a coordenação do primeiro, revisar o Ato da Mesa nº 372, de 07 de dezembro de 2009.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 045, de 07 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VLADIMIR VALDEMIRO FERREIRA**, matrícula nº 3080, do cargo de Assistente de Acompanhamento Orçamentário-Financeiro, código PL/DAS-5, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de fevereiro de 2012 (DF - Diretoria Financeira).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia trinta de novembro de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, José Nei Ascari substituindo o Deputado Darci de Mattos, Dirceu Dresch substituindo a Deputada Luciane Carminatti, Elizeu de Mattos substituindo o Deputado Manoel Mota, Marcos Vieira, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e o Deputado Silvio Dreveck. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou a Ata da 30ª reunião, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Neodi Saretta** relatou o PL./0042.6/2011, que transforma os cargos remanescentes de juiz especial, criados no quadro da magistratura de primeiro grau pelo art. 2º da Lei Complementar nº 398, de 2007, em cargos de juiz de direito de entrância final e especial, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** relatou o PL./0469.1/2011, que autoriza a permuta de imóvel no município de Criciúma e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** relatou o PL./0468.0/2011, que autoriza a cessão de uso de espaços físicos de imóveis pertencentes ao Estado, para a instalação de postos de atendimento bancário e postos de atendimento eletrônico do Banco do Brasil, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o PL./0358.6/2011, que dispõe sobre a revogação do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 15.0242, de 2010, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0396.1/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Sul Brasil, para a construção de um anfiteatro, biblioteca e museu, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0043.7/2011, que altera a redação do art. 120 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, para o benefício do auxílio-funeral, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./464.7/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Canelinha, para a construção de unidade de saúde, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./392.8/2011, que autoriza a transferência de imóveis de propriedade do Estado para a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Elizeu de Mattos** apresentou um requerimento solicitando que fossem votados até o dia sete de dezembro, às seguintes proposições, consoante preceitua o RIALESC, considerando que o prazo regimental de tramitação já expirou ou estão em Regime de Urgência (art. 215 e 216 do RIALESC): **PL./0392.8/2011**, que autoriza a transferência de imóveis de propriedade do Estado para a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, o **PL./460.3/2011** que altera os parágrafos 5º e 6º, do art. 2º da Lei nº 15.080, de 2010, para gratificação de Desempenho e Produtividade Médica; o **PL./522.0/2011** que altera o parágrafo 6º, do art. 1º da Lei nº 11.647, de 2000, que dispõe sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos civis e militares ativos da Administração Pública Estadual Direta, Autarquia e Fundacional e adota outras providências; o **PL./524.2/2011** que altera a Lei nº 15.510, de 2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico (REVIGORAR III) e estabelece outras providências, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde eu Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, trinta de novembro de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia sete de dezembro de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Mattos, Aldo Schneider, Marcos Vieira, Luciane Carminatti, Neodi Saretta, Silvio Dreveck, Sargento Amauri Soares e Elizeu Mattos, substituindo o Deputado Manoel Mota. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da Audiência Pública promovida por esta Comissão, com o objetivo de ouvir a apresentação da Secretaria de Estado da Fazenda sobre as metas fiscais do Estado de Santa Catarina relativas ao segundo quadrimestre de dois mil e onze, realizada no dia nove de novembro do corrente ano, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, aproveitando a presença do Secretário de Estado da Saúde o **Deputado Elizeu Mattos** pediu a palavra para relatar o PL./460.3/2011, que altera os parágrafos 5º e 6º do artigo 2º da Lei nº 15.080 de 2010 referente a gratificação de desempenho e produtividade médica, que posto em discussão e votação pelo Presidente, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o **Deputado Neodi Saretta** relatou o PL./0351.0/2011, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Irani, para construção do Quartel da Polícia Militar, que após ser colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado **Neodi Saretta** relatou o PL./0041.5/2011, que acrescenta o número 09 e a respectiva observação à Tabela VII, que dispõe sobre os atos comuns e isolados da Lei Complementar nº 219 de 2001, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o PL./0352.0/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Itaiópolis, para abrigar a Intendência do Distrito de Moema, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o PL./0384.8/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Camboriú para melhoria da creche que atende crianças de zero a cinco anos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o PL./0522.0/2011, que altera o parágrafo 6º do art. 1º da Lei nº 11.647 de 2000, que dispõe sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado aos servidores públicos civis e militares ativos da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e adota outras providências, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./101.5/2011, que proíbe transferências voluntárias de recursos financeiros do Estado aos municípios que concedam permissão para loteamentos em áreas consideradas de risco, que posto em discussão e votação, foi solicitado vista em gabinete pelo Deputado Silvio Dreveck. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0463.6/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Capinzal para práticas esportivas, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** retornou a esta Comissão, após pedido de vista em gabinete, o PL./0421.7/2011, que dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao relator Deputado Marcos Vieira, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PRS/0013.6/2011, que altera as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006 e adota outras providências, posto em discussão e votação foi solicitado vista em gabinete pela Deputada Luciane Carminatti. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0346.2/2011, que cria o Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico de Santa Catarina, posto em discussão e votação foi aprovado com emenda aditiva, por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente Gilmar Knaesel apresentou Proposta à Comissão de Finanças e Tributação referente ofício remessa de processos à Comissão Especial de Fiscalização e Controle Externo da Assembleia Legislativa, para análise e emissão de parecer técnico, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente encerrou a presente reunião, convocando os Membros desta Comissão para reunião extraordinária hoje, dia sete de dezembro, às treze horas e trinta minutos, para deliberação de matérias urgentes e os deixou de sobreaviso para possíveis reuniões extraordinárias na semana seguinte, para deliberação da LOA e do PPA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, sete de dezembro de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às treze horas e trinta minutos do dia sete de dezembro de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Manoel Mota, Marcos Vieira, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e o Deputado Silvio Dreveck. O Senhor Presidente abriu os trabalhos passando a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: O **Deputado Aldo Schneider** relatou o PL./059.7/2011, que autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel no município de Rio do Sul, para captação de recursos destinados ao Fundo Patrimonial, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o PL./0522.0/2011, que altera o parágrafo 6º do art.1º da Lei nº 11.647, de 2000, que dispõe sobre a concessão mensal de auxílio – alimentação por dias trabalhados aos servidores públicos civis e militares ativos da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o PL./0101.5/2011 que proíbe transferências voluntárias de recursos financeiros do Estado, aos municípios que concedem permissão para loteamento em áreas consideradas de risco, o **Deputado Silvio Dreveck** propôs uma Audiência Pública com os Parlamentares e a FECAM a fim de debater as propostas com os Prefeitos, o **Deputado Marcos Vieira** se manifestou e pediu o projeto para discutir junto com o relator **Deputado Dado Cherem**, sendo assim o **Deputado Presidente Gilmar Knaesel** suspendeu a matéria da presente sessão extraordinária. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PRS/0013.6/2011, que altera Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e adota outras providências, a Deputada solicitou diligência à matéria, posto em discussão e votação, seu pedido foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PLC/0032.4/2011 que altera a Lei nº 255, de 2004, a Lei Complementar nº 496, de 2010, a Lei Complementar nº 297, de 2005, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a presente reunião. Às treze horas e trinta minutos do dia treze de dezembro de dois mil e onze, prosseguiu a continuação da 4ª Reunião Extraordinária, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**. Ato contínuo, o Senhor Presidente colocou em votação o Substitutivo Global referente ao PLC/0032.4/2011, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o PL./0540.2/2011, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, para a Associação de Cabos e Soldados Policiais e Bombeiros Militares de SC, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o PL./0539.9/2011, que autoriza a concessão de uso do imóvel no município de Florianópolis, para a Associação dos Militares da Reserva de SC, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** pediu diligência ao PL./0255.0/2011, que institui a Campanha Permanente de Esclarecimento e Prevenção do Contágio de Hepatite dos tipos B e C, voltada aos profissionais de salão de beleza e estabelecimentos congêneres, no âmbito do Estado de Santa Catarina, posto em discussão e votação, o pedido foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0521.0/2011 que dispõe sobre a data-base para fins de revisão geral anual da remuneração e subsídio dos servidores públicos civis e militares estaduais, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0251.7/2011 que dispõe sobre a proibição de cobrança ou repasse do ônus sobre a confecção, expedição ou remessa de carnes e boletos bancários e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PLC/0040.4/2011 que altera o anexo I da Lei nº15.156, de 2010, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Instituto Geral de Perícias, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0492.0/2011, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Xanxerê, para o desenvolvimento de atividades voltadas à cultura e educação, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em

discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0087.2/2011, que institui o Programa de Apoio aos Alunos Portadores de Necessidades Especiais, nas escolas de rede de ensino público no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** pediu diligência ao PL./0003.4/2011, que dispõe sobre a política de conscientização e orientação sobre doação de sangue no Estado de Santa Catarina, posto em discussão e votação, o pedido foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0493.1/2011, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, para a Associação da Pessoa Ostmizada da Região de Florianópolis, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0547.9/2011, que institui a Gratificação de Atividade de Gestão em Metrologia e Qualidade para os servidores do Instituto de Metrologia de Santa Catarina – IMETRO/SC e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PRS/0016.9/2011, que altera o art. 1º da Resolução nº008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O **Deputado Manoel Mota** relatou o PL./0381.5/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Braço do Norte, para instalação de capela mortuária, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Manoel Mota** relatou o PLC/0052.8/2011, que altera a Lei Complementar nº318, de 2006, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Manoel Mota** relatou o PLC/0051.7/2011, que altera a Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0337.1/2011, que institui o Prêmio Catarinense de Cinema e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PRS/0015.8/2011, que dispõe sobre a extensão da Vantagem Nominalmente Identificada de que trata o art. 5º da Resolução DP nº 002, de 2004, e na Resolução DP nº 044, de 1996, aos servidores nomeados em decorrência do concurso público realizado nos termos do Edital nº 001/2009, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0524.2/2011, que altera a Lei nº 15.510, de 2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico (REVIGORAR III) e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente suspendeu a presente reunião, que prosseguiu às dezessete horas do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0376.8/2011, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012 – 2015 e adota outras providências, em seguida distribuiu uma cópia das emendas referentes ao PL./0376.8/2011, para todos os Senhores Deputados e apresentou, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0523.1/2011, que dispõe sobre o inciso III do § 8º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, cria a Câmara de Conciliação de Precatórios e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente suspendeu a presente reunião que prosseguiu às nove horas do dia quinze de dezembro de dois mil e onze. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o Projeto de Lei nº PL/434.1/2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2012, compreendendo todas as receitas e despesas dos Três Poderes, de suas Autarquias e Fundações; do Ministério Público; do Tribunal de Contas; da UDESC e das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto. Das emendas recebidas, cento e sessenta foram apresentadas pelos senhores Deputados ou pelas Bancadas e outras noventa foram

apresentadas pelo relator, o Deputado Gilmar Knaesel que acolheu as demandas do Orçamento Regionalizado. Devido a sua extensão, o relator suprimiu a leitura do Parecer Conclusivo, que já havia sido enviado cópia por e-mail a todos os membros desta Comissão, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Presidente Gilmar Knaesel enalteceu a parceria do Executivo e Legislativo e fez menção aos Líderes de Bancada, agradecendo a confiança depositada durante todo o processo orçamentário. Em seguida, o Deputado Presidente passou a palavra aos demais membros para suas considerações. Todos os Deputados agradeceram e elogiaram a equipe da Comissão de Finanças e demais funcionários da casa, que participaram da elaboração do Orçamento do Estado. As Deputadas Professora Odete de Jesus e Dirce Heiderscheid participaram da presente reunião e juntamente com a Deputada Luciane Carminatti agradeceram e aplaudiram a sensibilidade e a atenção do Governo do Estado com a Bancada Feminina desta Casa. O Deputado Manoel Mota elogiou a Bancada do PMDB, que pela lealdade e compromisso assumido com o Governo do Estado não apresentou nenhuma emenda na constituição do Orçamento. O Deputado Gilmar Knaesel encerrou a reunião agradecendo a todos os Membros desta Comissão e a todos os servidores envolvidos na constituição orçamentária, enaltecendo o trabalho elaborado pela funcionária Maria Helena Teixeira Diniz, que foi aplaudida por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões quinze de dezembro dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SIMULTÂNEA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PARA DEBATER O CRONOGRAMA DE REPASSE DOS ARTIGOS 170 E 171, PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 9H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos trinta dias do mês de novembro de 2011, às 9h, na Sala de Reunião das Comissões nº 1, da sede do Poder Legislativo catarinense, realizou-se audiência pública simultânea das Comissões de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto para discutir o cronograma de repasse dos artigos 170 e 171. A audiência pública foi presidida pelo **Deputado Estadual Gilmar Knaesel, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação**, que abriu os trabalhos desejando boas-vindas a todos e chamando para compor a mesa o Deputado Estadual Carlos Chiodini, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto; os Deputados Estaduais Aldo Schneider, Marcos Vieira, Silvio Dreveck e Neodi Saretta, membros da Comissão de Finanças e Tributação; os Deputados Estaduais Joares Ponticelli e Ismael dos Santos, membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto; o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, membro da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto; o Deputado Estadual Elizeu Mattos, substituindo o Deputado Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual José Nei Ascari, substituindo o Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, substituindo a Deputada Estadual Luciane Carminatti, membro da Comissão de Finanças e Tributação e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto; a senhora Marileia Gastaldi Machado Lopes, diretora de Educação Superior, representando o Secretário de Estado da Educação, senhor Marco Antônio Tebaldi; o senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda; o senhor Luciano Formighieri, secretário executivo da Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc); e o senhor Viegand Eger, presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe). Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel, disse que o requerimento solicitando a realização daquela audiência pública para discutir o cumprimento do artigo 170, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, tinha sido aprovado por unanimidade pelas Comissões de Finanças e de Educação, e lembrou como tinha se dado a construção desse artigo. Dito isso, afirmou que a matéria tinha sido amplamente discutida por todos os setores

envolvidos e que a Assembleia Legislativa tinha tido papel importante no debate, culminando na aprovação de um artigo à Constituição que fez com que o Estado de Santa Catarina passasse a ter uma lei que protegesse os estudantes e dando condições para que estes cursassem uma universidade com recursos públicos. Em seguida, lamentou a ausência da Deputada Luciane Carminatti, que se encontrava em Chapecó em função da morte do Vereador Marcelino Chiarello, por ter sido a grande articuladora para a realização daquela audiência, e consultou o Deputado Neodi Saretta se gostaria de fazer o encaminhamento inicial em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, autora do requerimento que ensejou a presente audiência pública. Ato contínuo, fazendo uso da palavra, o **Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação**, saudou todos os presentes, disse que o interesse maior era ouvir as autoridades, razão pela qual sugeriu que fossem feitas primeiramente as exposições, e afirmou que se houvesse necessidade depois faria intervenções. Continuando a audiência pública, de imediato o senhor Presidente passou a palavra à **senhora Marileia Gastaldi Machado Lopes, diretora de Educação Superior, representando o Secretário de Estado da Educação, senhor Marco Antônio Tebaldi**, que cumprimentou os presentes, especialmente o Deputado Silvio Dreveck, com quem havia trabalhado quando era Reitora da Univille em São Bento do Sul. A seguir, afirmou que atualmente a educação superior em Santa Catarina, segundo dados da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2010, tinha 26% de alunos matriculados de 18 anos a 26 anos, sendo o maior percentual do País, e que países desenvolvidos, inclusive alguns da América Latina, como o Uruguai, tinham percentual maior de alunos, com exceção do Paraguai, ressaltando que o fato trazia o alerta de que o Brasil deveria crescer naquela área e, para isso, oferecer mais universidades, mais vagas e mais bolsas. Posto isso, registrou que em função do artigo 170, do artigo 171, que possibilitava a formação de doutores, mestres e especialistas, e do Fundo Social, havia-se conseguido avançar em educação superior nos últimos quatro anos, mas que ainda se precisava oferecer mais, e apelou [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] aos Deputados que o recurso deveria ser maior para o artigo 170, para o Fundo Social e para o artigo 171, informando que o Orçamento estava na Assembleia para ser votado, e que fossem sensíveis e votassem a favor porque se queria dar mais oportunidade e porque a UFSC e a Udesc ficaram muitos anos sem se espriar pelo Estado de Santa Catarina, ficando a responsabilidade daquilo para o Sistema Acafe e depois para a Ampesc. Prosseguindo, expôs que 26% dos jovens do Estado estavam cursando o ensino superior, o que era muito gratificante, mas que se fosse comparado com os Estados Unidos, com a Europa e com a América Latina isso se tornava preocupante. Relatando que o artigo 170 possuía mecanismo complexo desde o lançamento do edital, a sua finalização, o seu pagamento, clarificou que o processo passava por duas universidades, as quais verificavam se os estudantes candidatos à bolsa, que poderia ser de 25% a 100%, dependendo da categoria a que foram inseridos, eram efetivamente carentes. Ante o exposto, disse que após a seleção daquele processo os convênios eram realizados no início do mês de março; que depois de se coletar as assinaturas dos secretários e dos reitores era elaborada a planilha com os custos e com a previsão orçamentária e financeira, com os recursos do Fies; e que se tentava o pré-empenho, que era ligado à Secretaria da Fazenda. Na sequência, esclareceu que caso alguma instituição, em qualquer das etapas, tais como empenho, prestação de contas, não tivesse tudo certo no Sistema Sigef e no OST, isso não poderia ser pago. Prosseguindo, contou que algumas instituições, as quais já tinham feito a prestação de contas, haviam lhe perguntado por que ainda não tinham recebido a sexta ou a sétima parcelas, acrescentando que respondeu a elas que agiam proativamente e comunicavam o que faltava, mas que, às vezes, se um *campus* não tinha feito o pagamento da energia, o pagamento dessa parcela, era bloqueado até isso ser resolvido. A seguir, informou que contava com a assinatura do Governador e com os vais e vens das instituições porque trabalhavam em conjunto, porém cada parcela era paga somente quando a prestação de contas fosse aprovada. Também disse que no ano corrente o artigo 170 tinha oito parcelas e as instituições que tinham as prestações em dia estavam recebendo essas parcelas, acrescentando que a sétima e a oitava parcelas estavam no financeiro para serem pagas. Continuando, explicou que dentro do artigo 170 havia o Programa Superior de Desenvolvimento Regional, que gostaria que fosse ampliado para que mais instituições oferecessem cursos sequenciais, a fim de que o aluno ficasse conhecendo a realidade da sua região, salvaguardando a instituição, que mais tarde iria proporcionar o desenvolvimento das regiões, além de descentralizar o poder e as decisões. Ainda disse que cinco instituições já ofereciam cursos sequenciais e que uma instituição oferecia curso de tecnólogo, observando que entendia que o programa era importante. Também comentou que o artigo 171 privilegiava

estudantes já matriculados no curso de doutorado, de mestrado e de especialização que pleiteavam uma bolsa, a qual seria paga de acordo com o índice da Acafe, complementando que ainda estaria entrando no artigo 171 a bolsa de graduação aos acadêmicos que se interessavam em fazer pesquisas, monitorados por um programa e um professor, e destacou que o estudante que recebia bolsa de estudo do artigo 170, de 25% até 100%, tinha que prestar trabalho com visão educativa e social de vinte horas por semestre, o que significava que naquele semestre [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt.] teriam que trabalhar cinco vezes na região dele desenvolvendo trabalhos de extensão. Dito isso, explicou que entendiam, primeiro, que ele deveria dar uma contrapartida; que, no entendimento deles, o ensino superior era ensino precedido de extensão e estendido na pesquisa; e que, assim sendo, tinha-se o ensino precedido de pesquisa e transformado em extensão. Prosseguindo, observou que muitos alunos e algumas instituições tinham dificuldade em compreender essa lógica e achavam que o aluno podia prestar qualquer trabalho, às vezes, doação de sangue ou doação de bolsas, enfim, qualquer trabalho guiado por ele, mas que não era essa a lógica do Programa. Na sequência, frisou que o Programa tinha que a instituição estabelecesse políticas de extensão ou de pesquisa e que ela já tinha essas políticas, engajando esses alunos nos artigos 170 e 171. Ainda informou aos senhores Parlamentares que a equipe dela era pequena, composta de doze pessoas - Diretoria de Educação Superior -, que precisavam e deviam trabalhar em sintonia com outra grande diretoria fim da Secretaria da Educação, a Diretoria de Educação Básica, e que era para ela que também existiam. Isso posto, disse que era por isso que os programas precisavam beneficiar, trabalhar em conjunto, trabalhar informação em consonância com as necessidades da educação básica, e que não era possível trabalhar isoladamente, pois os programas estavam cada vez mais casados. Ainda afirmou que coordenavam um grande programa com a Caps, o Programa de Formação de Professores, que tinha atualmente, com as instituições de ensino superior, um grande número de professores fazendo a primeira ou a segunda licenciatura totalmente amparados pela Caps. Encerrando, registrou estar à disposição dos presentes, caso quisessem saber algo a respeito do Fundo Social ou dos artigos 170 ou 171. Retomando a palavra o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, agradeceu, em nome dele, em nome da Comissão de Educação e dos demais Deputados, a apresentação da professora Marileia e disse que na sequência talvez fossem necessários mais esclarecimentos. Observando que dentro do Governo existiam pessoas-chaves, entre as quais estava o Secretário de Estado da Fazenda, senhor Nelson Antônio Serpa, presente na reunião desde o início da manhã, pediu desculpas ao Secretário e aos demais convidados pelo atraso no horário justificando que havia matérias que precisavam ser deliberadas. Assim sendo, de imediato passou a palavra ao Secretário de Estado Nelson Antônio Serpa para falar sobre os artigos 170 e 171, que pediu para falar naquele momento, porque estava sendo chamado pelo governador. Na sequência, o **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, cumprimentou uma a uma as autoridades representadas e todos os presentes à reunião e informou que fez questão de atender a convocação porque compreendia que era um assunto de grande relevância a operacionalização dos recursos dos artigos 170 e 171. Ato contínuo, observou que a Diretora de Ensino Superior expôs com detalhes a tramitação para a operacionalização desse recurso, desenvolvida no âmbito da Secretaria da Educação, e disse que, no que dizia respeito a essa questão, uma vez tendo o Orçamento aprovado, Orçamento este que estava sendo apreciado na Casa, e no que ele fosse publicado, num prazo de trinta dias, seria feita uma programação financeira e esses recursos seriam colocados à disposição da Secretaria da Educação para que procedesse à operacionalização em parcelas mensais, dentro do cronograma que era estabelecido, tanto o do artigo 170 quanto o do artigo 171. Também informou que no decorrer do ano atual foi assim que se processou o encaminhamento para a aplicação desses recursos e que, para o exercício 2012, havia uma previsão, na proposta orçamentária que estava em tramitação na Casa, de R\$ 52 milhões para as ações do artigo 170 e de R\$ 18 milhões para o artigo 171, com mais um acréscimo de R\$ 15 milhões. Isso posto, disse que assim que o Orçamento fosse aprovado e publicado eles fariam aquela programação para a liberação e disponibilizariam aquele recurso para a Secretaria de Estado da Educação fazer a operacionalização. Prosseguindo, afirmou que aqueles eram os esclarecimentos que poderia fazer; reiterou que de fato precisava se retirar porque tinha um compromisso que não poderia adiar; e agradeceu a oportunidade de se manifestar, colocando-se à disposição, na Secretaria de Estado da Fazenda, para quaisquer informações adicionais ou esclarecimentos que fossem necessários, inclusive para fazer o aperfeiçoamento que o programa requer no sentido de as liberações serem feitas com maior agilidade e de tanto quanto possível se suprimir [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos

Thomé.] os entraves burocráticos que pudessem dificultar a pronta liberação daquele recurso. Continuando, mencionou que naquele ponto o programa merecia alguns aperfeiçoamentos e disse que estava à disposição na Secretaria da Fazenda para discutir o aperfeiçoamento do programa no sentido de se agilizar a liberação dos recursos e se reduzir as dificuldades de natureza burocrática que dificultavam ou não contribuíam para colocar os recursos com maior agilidade dentro das entidades que prestavam e atendiam os educandos beneficiados com os programas. Encerrando, agradeceu a atenção e reiterou que estava à disposição para maiores esclarecimentos. Prosseguindo a audiência pública, o **senhor Presidente** abriu a palavra para os questionamentos e iniciou com o **Deputado Estadual Carlos Chiodini, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto**, que agradeceu pela presteza com que o Secretário atendera ao convite para estar presente na audiência e salientou o trabalho do Secretário à frente da Secretaria da Fazenda. Ao final, falou da certeza de que os ajustes seriam encaminhados o mais rapidamente possível. Na sequência, o **Deputado Estadual Silvio Dreveck, membro da Comissão de Finanças e Tributação**, analisando que os artigos 170 e 171 dependiam todos os anos do Orçamento, perguntou se não havia um percentual definido e, se caso fosse aprovado, se seria totalmente deliberado para o sistema de pagamento tanto do artigo 170 quanto do artigo 171. Ato contínuo, o **Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação**, disse que não tinha entendido os cálculos a respeito do artigo 171. A seguir, analisou que, se eram 2% que deveriam ser recolhidos sobre a renúncia fiscal e sendo a renúncia fiscal de R\$ 4,5 milhões, os valores seriam bem maiores, levando em conta o artigo 171 e o artigo 2º da Lei Complementar nº 407, que falavam exatamente nos 2% do valor correspondente ao benefício financeiro e fiscal concedido ao Estado de Santa Catarina. Então, perguntou sobre o que estava incidindo aqueles 2%. Em seguida, o **senhor Nelson Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, reportando-se ao que falara o Deputado Silvio Dreveck, explicou que na elaboração do Orçamento eram alocados recursos necessários ao atendimento do programa, que uma vez aprovado o Orçamento era feita a programação financeira, e que, conseqüentemente, a liberação ocorria de acordo com aquela programação. Posto isso, destacou que nem sempre era possível executar a totalidade dos recursos no exercício, tendo em vista aqueles problemas comentados anteriormente pela diretora Marileia. Continuando, aproveitou para dizer que até aquele momento o recurso não fora executado na sua totalidade, mas que até o último dia do corrente ano poderia acontecer. Quanto à indagação do Deputado Neodi Saretta, afirmou que nem todos os valores apresentados na LDO sobre renúncia fiscal sofriam a incidência dos 2% e que dos benefícios concedidos era reservado um valor. Por fim, informou que no momento não estava de posse daquelas informações e comprometeu-se a entregá-las posteriormente. Fazendo uso da palavra, o **Deputado Estadual Joares Ponticelli, membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto**, registrou não saber se o Secretário tinha razão quando disse que algumas universidades não conseguiam acessar os recursos por problemas internos de prestação de contas. Sobre o Secretário acreditar que não se cumpriria todo o cronograma no ano corrente, perguntou se a diferença iria para restos a pagar; como ficaria a situação dos alunos; e se a universidade acessaria aqueles recursos no ano seguinte. Ato contínuo, o **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, respondeu que a maioria daqueles recursos estava empenhada mas não havia sido possível executar, citando que uma conta de luz atrasada gerava inadimplência e impedia o acesso ao sistema. Posto isso, sugeriu que aquele quesito fosse aperfeiçoado para eliminar os entraves, e registrou, apesar de alguns serem de natureza legal e não ser possível ultrapassá-los, acreditar que havia espaço para aquele aperfeiçoamento. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.] A seguir, disse que os recursos que estavam empenhados, se não fossem executados até o final do ano, acabaria sendo cancelado o empenho, e que deveriam deliberar sobre que decisão tomar com relação aos recursos; que os do Fundo retornavam ao próprio Fundo e que os recursos do artigo 170 retornavam conforme a sua regulamentação. Fazendo uso da palavra, a **senhora Marileia Gastaldi Machado Lopes** disse que havia uma preocupação muito grande de que os recursos ficassem disponíveis, estivessem à disposição dos alunos, mesmo que fossem em restos a pagar ou em aditivos. Também disse que em 2012 ainda haveria aquela possibilidade, mas que em 2013 ela não existiria mais, pelo que dizia o edital, afirmando que o cronograma teria que ser cumprido do mês de março ao mês dezembro. Ainda disse achar que, caso pudesse ser simplificado o programa, se isso fosse legal, haveria um benefício muito grande, afirmando que não em menos parcelas, porque aquilo não era possível, pois haveria o acompanhamento do desembolso para o aluno, tendo este que prestar contas à instituição também. Encerrou registrando já haver sido diminuído o número para oito parcelas, pedindo que fosse encurtado o processo de pagamento, que continha vinte passos, sendo que o

Deputado Estadual Joares Ponticelli, a interrompeu perguntou se as parcelas iam até dezembro, recebendo como resposta que sim. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, afirmou que havia dois problemas, primeiramente o início do ano, que só começava em março, e até que fossem escolhidos os alunos, que fosse encaminhada a parte burocrática e a Fazenda abrisse o orçamento levaria muito tempo, lembrando que o mês de dezembro era um mês complicadíssimo pois havia a prestação de contas. A seguir, disse não achar que o encurtamento, como havia sido colocado naquela reunião, fosse a solução para a parte burocrática da questão. Na sequência, o **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, disse que àquela questão era pertinente à Secretaria de Educação, que fazia o gerenciamento de recursos, que deveria buscar mecanismos de agilização e, se fosse o caso, de reduzir as parcelas. Disse que a Secretaria da Fazenda estabelecia um cronograma de deliberação que não estava necessariamente vinculado, porque se estabelecia um cronograma e os recursos ficavam retidos devido a algum problema; que os recursos estavam disponibilizados mas não podiam ser utilizados, sendo seu papel o de disponibilizar os recursos; e que naquele aspecto a disponibilização seria feita, estando aberto à discussão com a Secretaria de Educação sobre os mecanismos de desburocratização do sistema para reduzir o número de passos. Finalizando, prometeu que verificaria o que seria possível e o que não seria possível, dizendo que aquele era um diálogo muito bem-vindo e que contribuiria para que os objetivos fossem alcançados, momento em que o **Deputado Estadual Carlos Chiodini** questionou se, caso fossem menos parcelas, o problema não seria solucionado, tendo o Secretário respondido que aquilo não era impossível. Em seguida, afirmou que os recursos poderiam ser liberados no primeiro semestre, se fossem em uma parcela somente, mas que não poderia ocorrer a antecipação, pois havia uma programação financeira de acordo com a receita do mês. Ao final, citou que a liberação em doze, seis ou quatro parcelas não alterava a situação, tendo que ser observado e acompanhado o fluxo financeiro. Ato contínuo, o **senhor Deputado Estadual Dirceu Dresch** disse que talvez houvesse dificuldade de as faculdades conseguirem se manter naquele período em que não receberiam. Na sequência, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, afirmou que aquele debate era extremamente importante, assim como a questão do encurtamento do número de parcelas. Em seguida, o **senhor Deputado Estadual Joares Ponticelli** propôs que fosse construída uma proposta, a ser debatida com a Secretaria na Comissão de Educação e depois levada ao Secretário. A seguir, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, disse que a Ampesc e a Acafe, que estavam quietas naquele momento, provavelmente concordariam com aquela proposta, ao que o **senhor Nelson Antônio Serpa** disse que a proposta seria bem recebida e analisada com muito carinho. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, agradeceu a participação do Secretário, que justificou a sua saída da audiência pública, e passou a palavra ao **senhor Viegand Eger, presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe)**, que [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.*] falou que tanto os artigos 170 e 171 como o Fundo Social eram fundamentais para os estudantes catarinenses. Dito isso, externou que olhava com muito carinho para aqueles estudantes carentes, que sem os recursos certamente não teriam condições de estudar. Dirigindo-se aos Parlamentares, informou que o Sistema Acafe tinha cerca de quarenta mil alunos que estudavam graça aos artigos 170, 171 e ao Fundo Social, e lembrou o que disse a professora Marileia quando avaliou que aquilo ainda era pouco. Com relação ao artigo 170, falou que a maior preocupação era com o cronograma de pagamento, porém, reconheceu que no ano corrente realmente a coisa estava funcionando melhor, mas que, como falado pela senhora Marileia, estavam dependendo da prestação de contas das parcelas que as instituições recebiam. Posto isso, comunicou que as instituições em dia já estavam recebendo a sétima e a oitava parcelas, observando que a regularidade era fundamental para o processo. Lembrando que o secretário executivo Darcy Laske falou sobre a preocupação de firmarem convênio no ano corrente para que não houvesse atraso e se começasse o pagamento das parcelas em junho, julho, chamou atenção que aquilo evitaria o problema do atraso nos repasses. Por sua vez, a **senhora Marileia Gastaldi Machado Lopes** informou que no ano corrente não seria possível assinar os convênios. No entanto, comunicou que no ano vindouro iriam assinar os convênios no menor espaço de tempo possível, diminuindo o número de parcelas para oito. Ante o exposto, o **senhor Viegand Eger** declarou que com relação as oito parcelas o Sistema concordava plenamente, desde que realmente elas fossem pagadas na pontualidade. Porém, referindo-se aos Parlamentares, esclareceu que eles ficavam angustiados, assim como os alunos, quando ocorria o atraso das parcelas, observando que cada vez mais jovens estavam solicitando, com justa razão, as bolsas. Em seguida, citou o artigo 171 dizendo que o Fundo era muito importante para a

pesquisa, para a formação de professores, principalmente mestres e doutores. No entanto, lembrou que o Deputado Saretta levantou a questão dos 2% da renúncia fiscal, declarando que até os dias atuais não entendia aquele cálculo, confessando que isso estava sempre abaixo da expectativa deles e que, de fato, o próprio Secretário tinha confirmado naquela audiência que se fazia necessário algum aperfeiçoamento daquele programa. Ante o exposto, afirmou que aquilo era muito importante porque a base de tudo era a pesquisa, e para tanto era necessário professores, notadamente, a formação de doutores, e que aqueles recursos eram usados para financiar o programa. No que tange ao Fundo Social, avaliou que era uma grande ideia para financiar alunos de vagas remanescentes, alunos de extrema carência, sendo que o Estado repassava 30% e os outros 70% eram suportados pelas próprias instituições. Prosseguindo, reafirmou que dentro daquele panorama, considerando o aperfeiçoamento que se fazia ainda necessário, a maior preocupação era que se mantivesse a pontualidade do cronograma de desembolso regular para as instituições, a fim de que pudessem atender os alunos. Ademais, falou que as instituições eram gratas ao governo do Estado pela institucionalização daqueles programas. Fazendo uso da palavra, o **senhor Deputado Ismael dos Santos, membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto**, perguntou qual era a contribuição do Fundo Social, no que obteve como resposta do **senhor Viegand Eger** que a contribuição era de 0,3%, observando que ela variava porque havia instituições com grande número de alunos carentes e outras que não tinham um foco de carência; que, inclusive, houve três instituições que não aderiram ao Programa do Fundo Social e que outras tinham devolvido parte, porque a expectativa com relação à realidade era outra. Isso posto, salientou que após o período da matrícula, existindo vagas naqueles cursos, eram chamados os remanescentes, para poderem aplicar aqueles recursos, e observou que em algumas instituições tinha sido muito reduzido aquele número. A seguir, contou que a Secretaria estava convocando eles, inclusive a Ampesc, a fim de uma reavaliação do programa, para ver se valia a pena algumas instituições continuarem no programa, em vista de estarem devolvendo o dinheiro. Por fim, falou que não saberia dizer o montante, mas que talvez a senhora Marileia pudesse informar aquilo. [*Taquígrafo-Revisora: Ana Rita M. de Souza.*] Segundo a **senhora Marileia Gastaldi Machado Lopes**, do Fundo Social, para o pagamento dos alunos já matriculados, ou seja, dos chamados alunos com vagas remanescentes, 70% do valor anual eram bancados pela instituição. Posto isso, considerou o programa de grande importância em razão de alguns cursos de baixa demanda, como os de licenciatura, serem beneficiados com alguns programas. Como exemplo, citou que o MEC estava investindo na formação de professores com o programa Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor). Ao final, informou que em 2010/2011 o Fundo Social obteve orçamento de R\$ 15 milhões e que seu cronograma de parcelas seguia a mesma lógica do artigo 170. Na sequência, manifestou-se o **senhor Luciano Formighieri, secretário executivo da Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc)**, que, após os cumprimentos, disse que no governo atual houve avanços na questão do repasse do artigo 170 e da diminuição das parcelas, dando mais agilidade ao processo. Dito isso, informou que a Ampesc era uma associação de instituições privadas de ensino superior que tinha em torno de setenta filiais, representando um número de alunos de graduação e pós-graduação, presencial e a distância, superior a cem mil alunos no Estado. Apesar de receber apenas 10% dos recursos do artigo 170, falou que a Ampesc representava no Estado em torno de 30% a 35% da quantidade de alunos matriculados no ensino superior. Também disse entender que era preciso avançar ainda nas questões dos artigos, considerando-os válidos e responsáveis por proporcionarem a Santa Catarina números acima da média nacional de alunos inseridos. Prosseguindo, destacou cálculos atuais da própria OCDE, segundo os quais a média brasileira de gastos por aluno de instituição pública de ensino superior estava acima das instituições públicas europeias. Em seguida, mencionou que com a otimização daqueles recursos, proporcionada pelo artigo 170, havia no Estado quatro ou cinco vezes mais alunos que a Udesc e com um recurso muito superior. Com isso, entendeu que o debate sobre o artigo 170 era importante a fim de que se olhasse para o futuro, não apenas no que dizia respeito ao cronograma dos repasses ou da avaliação dos recursos. Ato contínuo, considerou que atualmente a questão do artigo 171 era subavaliada, sendo necessário que a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Educação e as instituições de ensino superior catarinense avançassem no debate junto com os Parlamentares. Sobre a renúncia fiscal, disse que era de R\$ 4,5 bilhões, com um percentual de 2% e um repasse que ainda chegaria a R\$ 18 milhões, afirmando que a conta não batia e que aquilo deveria ser esclarecido para a sociedade e para os agentes envolvidos. A respeito disso, afirmou que a Ampesc gostaria de ser parceira no debate. Prosseguindo, julgou que a redução de parcelas de oito para

um número menor, duas vezes ao ano, poderia ajudar, sendo que somente poderiam ter acesso à parcela seguinte aquelas instituições que prestassem conta ao longo do primeiro e do segundo semestre. Sobre o artigo 171, disse que, no que se referia ao contrato de 2010 firmado em 2011, foram pagas cinco das oito parcelas, e do contrato 2011.2 nenhuma das quatro parcelas foi paga. Na sequência, explicou que as bolsas do artigo 171 eram para todo o curso, ou seja, disse que, após concedida, o aluno era mantido durante todo o curso, independentemente do repasse. Posto isso, lembrou uma conversa com o anterior Secretário da Fazenda, o senhor Ubiratan, segundo o qual não havia certeza de que seria possível cumprir com o firmado no ano anterior, mas que as instituições iriam manter as bolsas dos alunos. Nesse sentido, salientou que algumas instituições não desejavam mais receber os recursos do artigo 171 por não terem a segurança do repasse. Mostrando-se feliz pela oportunidade de debater com os Deputados não apenas sobre as preocupações com os cronogramas de pagamento, com a subavaliação do artigo 171, mas também com a questão dos percentuais, reiterou que a Ampesc representava mais de 30% dos alunos de graduação e somente recebia 10%. Ao final, colocou-se à disposição para, juntamente com a Alesc, avançar nesse debate e construir uma proposta mais condizente com o ensino superior catarinense. [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini.] Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, agradeceu a manifestação do senhor Luciano Formighieri e passou a palavra aos Deputados para perguntas ou sugestões. Inicialmente fez uso da palavra o **Deputado Estadual Dirceu Dresch**, que iniciou sua fala dizendo que a Comissão deveria tratar com o Executivo as seguintes questões: o valor do repasse, que precisava ser mais claro; que fossem definidas com exatidão as isenções e os benefícios que incidiam sobre os 2%, ou seja, a base de cálculo; e a proposta de simplificar, diminuir o número de documentos para o recebimento das parcelas, o que acarretava dificuldades para as entidades receberem os recursos e permanecerem no programa. Quanto à questão do número de parcelas, opinou que a discussão precisava ser mais ampla, tendo em vista que a última parcela entrava em dezembro e próxima só sairia em abril do ano seguinte, perguntado o que a universidade faria para se sustentar naquele período. Por sua vez, o **Deputado Estadual Sílvio Dreveck** perguntou à professora Marileia se ela havia dito que os 26% seriam dos jovens que terminavam o ensino médio ou da população, ao que a **senhora Marileia Gastaldi Machado Lopes, diretora de Educação Superior, representando o Secretário de Estado da Educação, senhor Marco Antônio Tebaldi**, respondeu que os 26% seriam da população de 18 anos a 26 anos que estava fazendo curso superior. Em seguida, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Joares Ponticelli** que disse acreditar que seria necessário fazer um debate muito intenso e que o fórum seria a Comissão de Educação, a qual poderia reunir todos os interessados. Também disse que o objetivo seria fazer com que o recurso chegasse a tempo, que não compromettesse o ano letivo e o aluno não ficasse inadimplente. Lembrando que o Deputado Dirceu Dresch havia dito que aquilo acarretava outros problemas, salientou que por outro lado tinha o sistema de controle, que era necessário e que não podia ser perdido de vista. Ainda disse que a sua preocupação era que ocorresse um problema com a universidade no final de ano, se os recursos não pudessem ser repassados no exercício seguinte. Reconhecendo que o programa estava melhorando, avançando, recordou que na ocasião em que a matéria tinha sido debatida a professora Marileia era reitora, o Deputado Gilmar Knaesel era Presidente da Alesc, ele era líder do governo, e o comportamento do PT era bem diferente, mas que ele era muito mais combativo e tinha uma grande bancada. Prosseguindo, afirmou que naquele ano tinham conseguido cumprir o que nenhum governo até então tinha conseguido, mesmo fazendo dez anos que o dispositivo estava na Constituição. Relatou que à época havia acontecido grandes debates e tinha tido a oportunidade de relatar a matéria no âmbito da Comissão de Educação. Posto isso, observou que era preciso avançar, até porque anteriormente havia sido entendido que não dava como resolver todo o problema de uma só vez porque durante certo tempo nada tinha sido cumprido. Dito isso, expôs que ainda existia um passivo daquele período com algumas universidades e que tinham conseguido pagar a dívida com algumas delas, momento em que manifestou seu orgulho de ter sido feito na Unidavi o primeiro acordo, qual seja, tinha-se trocado um terreno do Executivo na Capital por um terreno do Badesc em Rio do Sul para ser a sede daquela universidade. Disse, ainda, que tinham conseguido resolver a situação com outras universidades doando terrenos, áreas do Estado, o que considerava extremamente importante para que elas pudessem se desenvolver. [Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.] Continuando, informou que com outras também conseguiram resolver a situação doando áreas do Estado que foram extremamente importantes para o desenvolvimento das universidades, acrescentando que algumas ainda tinham um passivo de dez anos a reivindicar. Ao final,

parabenizou a bancada do PT pela iniciativa e instou todos a participarem do debate e a elaborarem uma proposta consensual, explicando que o Secretário Serpa já havia deixado claro que da parte da Fazenda não haveria nenhuma dificuldade de implementar aquilo que fosse fruto do entendimento de todos. Em seguida, a palavra foi passada ao **Deputado Estadual Carlos Chiodini, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto**, que falou que a pertinência do tema exigia um debate mais ampliado, tendo em vista as milhares de pessoas que estavam envolvidas naquele programa e que eram beneficiadas diretamente. Em seguida, disse que para o Estado de Santa Catarina aquela era uma conquista histórica, tratando-se de um programa consolidado havia mais de uma década e que precisava ainda de alguns ajustes. Encerrando, comentou que a Comissão de Educação estava disposta a ampliar a discussão e a encaminhar uma proposta definitiva em um processo transparente, acrescentando que uma mudança na rotina administrativa e de relacionamento interface das entidades fazia-se necessária. Fazendo uso da palavra, o **senhor Presidente** disse estar muito feliz com a informação recebida da Ampesc, da Acafe e da Secretaria de Educação no sentido de que os percentuais de Santa Catarina estavam acima da média brasileira com relação ao nível superior. Falou que aquele modelo que Santa Catarina tinha de universidades espalhadas por todas as regiões talvez fosse o único em nível de Brasil e aproveitou a presença da TVAL e da imprensa para divulgá-lo, mencionando saber dos avanços da Universidade Federal e da Udesc para o interior, por pressão da Assembleia Legislativa e também da Secretaria da Educação. Continuando, observou que aquilo tudo fortalecia o Poder Legislativo, que muitas vezes era só criticado e examinado sob o ponto de vista das exceções e não pela regra geral. Aproveitou a oportunidade para enaltecer a bancada do Partido dos Trabalhadores e, dirigindo-se ao Deputado Joares Ponticelli, lembrou-se do que ocorreu em 1999, quando a Assembleia Legislativa disponibilizou pela primeira vez audiências fora da Assembleia e o debate sobre o tema aconteceu em várias regiões do Estado. Lembrou-se ainda de quando os Deputados podiam conceder bolsas de estudo aleatoriamente, de forma injusta e sem qualquer critério, salientando que houve um avanço para o atual modelo democrático e sem interferência de qualquer ordem. Em seguida, opinou que o atual modelo ainda tinha defeitos, especialmente, no seu entender, o fato de que quando um aluno conseguia para o primeiro semestre deveria se reabilitar para o segundo semestre. Posto isso, cumprimentou todos os envolvidos, em nome do Secretário Tebaldi, pelos avanços empreendidos até aquele momento e falou da disposição da Secretaria da Fazenda de diminuir o número de repasses. Comentou que aquilo era fundamental, opinando que facilitaria muito diminuir de oito parcelas para quatro ou três, mas que aquilo dependia de chegarem a um consenso e colocou-se à disposição de todos. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.] Por fim, agradeceu a presença do senhor Viegand Eger, da Acafe, dos Parlamentares e de todos os presentes por estarem participando da audiência. A seguir, para as considerações finais, passou a palavra à **senhora Marileia Gastaldi Machado Lopes**, que disse que o processo precisava ser aperfeiçoado, sem perderem o controle, e observou que deveriam simplificar mais a burocracia. Por fim, disse que estava à disposição na Secretaria e que gostaria de participar de mais audiências, se fosse chamada, para debater o assunto com mais profundidade porque tratava da formação do ensino superior no Estado de Santa Catarina. Ao continuar, o **senhor Luciano Formighieri, secretário executivo da Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc)**, agradeceu, em seu nome e em nome do professor Marlon Tafner, presidente da Ampesc, que não pôde se fazer presente, o convite da Alesc para participar da audiência, dizendo que a Ampesc estaria sempre à disposição no sentido de contribuir com o debate e sempre iria colaborar com o desenvolvimento do ensino superior catarinense. Agradeceu, ainda, o convite aos Deputados Gilmar Knaesel e Chiodini, que através da Comissão de Educação sempre havia sido atencioso com as questões relacionadas ao ensino superior catarinense. Encerrando, afirmou que o debate era importante e opinou que, no seu entendimento, era necessário discutir outras questões como a reformulação dos artigos, juntando-os apenas em um só artigo e em somente um fundo de desenvolvimento do ensino superior catarinense, otimizando recursos, tempo e agilidade. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, registrou a presença do presidente da Cidasc, senhor Enori Barbieri e passou a palavra ao **senhor Viegand Eger, presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe)**, que agradeceu aos participantes e todas as autoridades presentes pelo comprometimento. Em seguida, comentou que através do Deputado Joares Ponticelli conseguiram recuperar uma dívida do Estado, recebendo como pagamento um imóvel no Município de Rio do Sul, referente ao artigo 170. Dito isso, parabenizou a senhora Marileia, a Deputada Luciane, explicando que estava parabenizando a Parlamentar

sem ela estar presente porque esta tinha sido a mentora e estava sempre preocupada com a questão da ordem social. Também agradeceu ao colega da Ampesc pelas colocações, as quais coincidiam com as dele. Finalizando, desejou que o programa avançasse e atendesse os mais carentes, complementando que os recursos deveriam ser recebidos com regularidade, e parabenizou o Deputado pela iniciativa. Prosseguindo com a audiência, o **senhor Deputado Dirceu Dresch**, após agradecer a participação de todos, comentou que o Parlamento estadual, federal e municipal contribuía muito com a população e utilizou como exemplo a questão dos artigos 170 e 171, que estava sendo discutida e que iria beneficiar milhares de pessoas no Estado. Comunicando que houve avanços no modelo democrático, reportou-se ao tempo em que os Parlamentares podiam conceder bolsas de estudo sem nenhum critério, complementando que hoje a bolsa de estudo era um direito do cidadão, desejando que o programa continuasse sendo aperfeiçoado e que a bolsa de estudo fosse concedida para os alunos carentes. Por fim, comunicando que algumas pessoas haviam falado para ele que alguns estudantes que estavam recebendo a bolsa de estudo tinham uma boa renda, solicitou às entidades que ficassem atentas à questão. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, agradeceu a participação de todos e, nada mais havendo a tratar, encerrou a presente audiência. [*Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa.*]

DEPUTADO ESTADUAL GILMAR KNAESEL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA TRATAR DOS ASSUNTOS REFERENTES AOS RECURSOS PROVENIENTES DO REVIGORAR III, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 1.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, realizou-se a audiência pública da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para tratar dos assuntos referentes aos recursos provenientes do Revigorar III. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, deu início à audiência pública e, de imediato, convidou para compor a mesa o Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Neodi Saretta, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Silvio Dreveck, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputada Estadual Luciane Carminatti, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, membro da Comissão de Saúde da Alesc; Deputado Estadual Elizeu Mattos, representando o Deputado Estadual Manoel Mota, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Aldo Schneider, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Marcos Vieira, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde da Alesc; e Secretário de Estado da Saúde, **senhor Dalmo Claro de Oliveira**. Após, agradeceu a presença do Secretário Dalmo Claro de Oliveira por ter atendido o convite para estar na reunião esclarecendo como havia se comportado a arrecadação do Revigorar III. Mencionou que a Comissão de Finanças havia aprovado de forma pioneira a vinculação dos recursos advindos daquele programa que buscava resgatar com as empresas catarinenses o seu débito de ICMS, com o intuito de destinar a maioria daqueles recursos para a saúde e de amenizar a dificuldade na manutenção dos hospitais filantrópicos e nos investimentos às cirurgias eletivas, por exemplo. Anunciou que o intuito da audiência era o de ouvir do Secretário Dalmo a política de investimentos do Revigorar III para atender a saúde catarinense. Para tanto, passou a palavra ao **senhor Dalmo Claro de Oliveira, Secretário de Estado da Saúde**, que cumprimentou todos e comentou sobre as necessidades de recursos e de aprimoramento na assistência à saúde. Disse que algumas opiniões eram favoráveis e levavam grande investimento à saúde, exemplificando o avanço tecnológico no tratamento do câncer metastático que aumentara a expectativa de vida das pacientes. Disse ainda que a expectativa de vida da população havia aumentado e reconheceu que quando a faixa etária aumentava, aumentava drasticamente o investimento em saúde, salientando que todo recurso à saúde era bem-vindo. Por outro lado, destacou a necessidade de contingenciamento das aplicações pelo fato de que os recursos eram finitos. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.*] Comentou ainda sobre a lei complementar de autoria do Deputado Estadual Dado Cherm, que havia sido aprovada e que determinava que a aplicação fosse exclusiva na saúde e na folha dos ativos, sendo que os inativos que ainda podiam fazer parte daquele orçamento ficariam de fora, dizendo que

aquele era o primeiro ano em que aquela medida era aplicada. Reiterou que, mesmo com todos aqueles aumentos, necessitava administrar e contingenciar as aplicações, pois os recursos sempre eram finitos. Disse que muito estava sendo aplicado na Atenção Básica em Santa Catarina, aumentando em R\$ 7 milhões por ano o auxílio aos Municípios nas equipes de Saúde da Família, mas que, infelizmente, o Ministério da Saúde começara subsidiando mais de 50% da Estratégia da Saúde da Família, e que naquele momento subsidiava cada equipe da Saúde da Família com R\$ 7,5 mil, sendo que o custo total de cada equipe ficava entre R\$ 35 mil e R\$ 40 mil, dependendo da faixa salarial que era aplicada em cada Município. Citou que foram feitos investimentos na Saúde Bucal, e que aquilo tinha refletido em bons resultados. Contou que grande número dos Municípios catarinenses, como Florianópolis, Joinville e Jaraguá do Sul, não haviam atingido o chamado teto físico de internações na sociedade, cálculo que estimava que, em média, 7% da população era internada por ano; contudo, muitos Municípios extrapolaram o teto financeiro, explicando que, como a tabela do SUS estava congelada e a medicina havia se tornado mais complexa e mais cara, o teto financeiro geralmente era ultrapassado; sendo assim, os hospitais que ultrapassavam aquele teto ficavam sem receber os valores excedentes aos limites determinados pelo teto financeiro, pois participavam de um sistema de contratualização entre a Secretaria de Saúde, o SUS e os hospitais que atendiam pelo SUS. Afirmou que a intenção do Governador e dos Deputados, que haviam aprovado o projeto do Revigorar III, era a de que os recursos fossem destinados exclusivamente à Saúde, projeto que era muito bem-vindo pela Secretaria de Saúde, pois anteciperia algumas ações governamentais que talvez não pudessem ser feitas em curto prazo. Comentou sobre um esboço de como seriam aplicados aqueles recursos, afirmando que levaria tal esboço ao Governador para que desse seu aval, dizendo que estava aberto às sugestões dos Deputados Estaduais. Apresentou o modelo de aplicação, explicando que a informação do Tesouro era de que a arrecadação do Revigorar III, até o dia 30 de novembro, havia ficado em R\$ 272 milhões; deste valor, retirando os 25% destinados aos Municípios, sobrariam R\$ 202 milhões para a Saúde. Disse que havia uma estimativa de que seria atingido o valor de R\$ 230 milhões, avisando que aquele valor não seria atingido. Citou que fora imaginado, baseado na estimativa de R\$ 230 milhões, um projeto ambicioso que fazia parte da campanha do Governador Raimundo Colombo e do plano de governo encaminhado à Alesc, no qual o Estado instalaria centros de especialidades médicas que ofereceriam consultas e exames especializados, principalmente nas regiões mais distantes de Florianópolis e dos grandes centros populacionais. Contudo, afirmou que mesmo nos grandes centros, como Joinville, havia uma demanda e uma espera muito grande por atendimentos e exames especializados, afirmando que o governo precisava dar uma resposta à população que aguardava por aqueles serviços. Acrescentou que fora imaginado que pudessem ser aplicados R\$ 70 milhões na criação de sete a dez centros de especialidades médicas, citando que já havia uma equipe especializada no assunto estudando a matéria e dizendo que fora pedida uma proposta de três patamares de centros de especialidades que obedeciam a critérios técnico-populacionais. Relatou as aplicações em construção, ampliação e reforma de hospitais filantrópicos municipais, aos quais fora imaginado um investimento de R\$ 50 milhões. Disse que, àqueles mesmos hospitais filantrópicos municipais, também fora imaginado um investimento de R\$ 20 milhões, complementando os valores oriundos da Fonte 100, no sentido de ajudar aqueles hospitais a se equiparem. Discorreu que aqueles recursos ajudariam os hospitais que quisessem adquirir, por exemplo, um aparelho de ressonância magnética e tomografia, que custava aproximadamente R\$ 12,5 milhões, ou um acelerador linear, usado na radioterapia, que custava cerca de R\$ 3 milhões. Adicionou que, com aqueles equipamentos, o Governo queria dar mais condições à população, interiorizar e descentralizar o atendimento e acabar com a ambulancioterapia, sempre respeitando os critérios demográficos pertinentes. [*Taquígrafa-Revisora: Eduardo Delvalhas dos Santos.*] Citou como exemplo o Hospital Regional do Oeste, de Chapecó, que tinha um acelerador linear funcionando cerca de vinte horas por dia fazendo radioterapia e não conseguia atender a demanda local, acrescentando que para a região o mais adequado seria colocar um segundo acelerador linear no Hospital Regional do Oeste e não tentar abrir outro serviço. Considerou que a radioterapia talvez fosse a especialidade médica mais rara no Brasil atualmente, registrando que Lages ia ter um serviço de radioterapia, mas que não havia radioterapeutas para colocar lá, nem mesmo através de concurso público. Falou que, apesar de o Deputado Volnei provavelmente considerar pouco, estavam imaginando ajudar os hospitais filantrópicos

com algo em torno de R\$ 10 milhões. Explicou que aquilo não era muito e que a ideia era fazer um aporte único em 2012, talvez vinculando o custeio a algumas metas a serem cumpridas. Com relação ao mutirão de cirurgias eletivas, informou estarem com uma estimativa de custo de R\$ 25 milhões, mas que imaginavam ampliá-la em 2012 e colocar mais R\$ 15 milhões, perfazendo um total do Revigorar de R\$ 40 milhões. Falou que estavam começando a chegar as contas do mutirão e que vieram para cobrança aproximadamente três mil cirurgias já realizadas, acrescentando que até sexta-feira haviam sido solicitadas 7.300 cirurgias pelo mutirão entre os meses de setembro, outubro e novembro. Afirmou não terem muita certeza a esse respeito porque o número realizado nunca era igual ao número das AIHs ou APACs solicitadas, explicando que o hospital fazia a solicitação e realizava o procedimento depois, mas que já tinham informações de que mais de seis mil daquelas cirurgias haviam sido realizadas em três meses. Informou haver mais hospitais aderindo ao mutirão e que a expectativa era aumentar ainda mais o número de cirurgias em 2012, acrescentando que tinham a intenção ainda de ampliar o rol de cirurgias a serem realizadas, tais como mais cirurgias na oftalmologia, além da catarata; mais cirurgias na otorrinolaringologia, além daquelas de vias aéreas respiratórias, de nariz, amígdala e adenoides; incluir urologia, cirurgias de próstata e varicoceles nos homens; e cirurgias ginecológicas, principalmente as chamadas bexigas caídas e algumas correções do aparelho ginecológico. Falou que já haviam conseguido no Ministério da Saúde, para 2012, R\$ 6 milhões dentro daquele rol já ampliado de cirurgias, e que se acrescentassem mais R\$ 15 milhões teriam algo como R\$ 21 milhões a serem somados aos R\$ 25 milhões previstos inicialmente. Para diminuir a demanda represada, disse estimar algo em torno de R\$ 10 milhões a serem aplicados em exames especializados. A respeito das cirurgias eletivas, afirmou que muitos Municípios reclamaram que não foram consultados, mas que na verdade metade dos Municípios não tinha fila organizada de cirurgias eletivas a serem realizadas e não tinha conhecimento real da demanda, apenas sabendo que era demorado. Declarou ter solicitado à Comissão Intergestores Bipartite e também aos gerentes regionais de saúde que fizessem o levantamento da demanda reprimida, complementando estar à espera dos dados para estabelecer uma estratégia e avaliando que com aproximadamente R\$ 10 milhões conseguiriam reduzir razoavelmente a demanda. Falou que, nesse caso, a estratégia seria um pouco diferente e que imaginavam fazer uma espécie de licitação, um chamamento público para ver quem tinha interesse de prestar o serviço, explicando que dessa forma conseguiriam o preço adequado e, possivelmente, o preço SUS, pois em geral os prestadores não se interessavam muito no varejo do dia a dia, mas quando havia volume também existia maior interesse na realização do serviço. Contou estarem reservando também R\$ 20 milhões para as AIHs extrateto, citando como exemplo o caso de um hospital que recebia um teto de R\$ 300 mil para a realização de tratamentos e internações pelo SUS, sendo que esse mesmo hospital atendia a população a um ritmo de R\$ 400 mil por mês. Disse que aquilo não era justo, pois o hospital havia prestado o serviço, medicamentos haviam sido utilizados, a equipe de enfermagem havia sido acionada e o hospital precisava receber por isso. Falou que o Ministério da Saúde não supria aquele recurso, mas que o Estado, se tivesse essa possibilidade, devia suprir porque eram aqueles hospitais que ajudavam a manter o atendimento e uma melhor assistência à saúde da população. Com relação aos laudos represados, explicou que nesses casos os hospitais prestavam o serviço, e não tinham a autorização de internação hospitalar, apenas o laudo médico, sendo aquela uma situação que exigia uma auditoria um pouco mais ativa. Afirmou que para aqueles casos de laudos represados estavam pensando em destinar mais R\$ 10 milhões, somando R\$ 230 milhões ao todo. Disse que estavam com cerca de R\$ 202 milhões e que talvez a quantia aumentasse para aproximadamente R\$ 205 milhões nos meses anteriores ao encerramento do projeto, acrescentando que aquilo já atenderia boa parte da demanda. Falou que aquilo tudo era flexível e dinâmico e que não estava incluída no montante a modernização dos hospitais próprios do Estado, muitos deles sucateados. Observou que algumas obras já haviam sido feitas, mas que eram necessárias outras mais, sendo que não tinham uma ideia adequada a respeito de quanto dinheiro seria preciso para tanto. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.] Disse que outra meta a ser cumprida para o próximo ano era realizar um diagnóstico das instalações dos hospitais e da própria Secretaria, a fim de que se pudesse prestar um serviço adequado à população, bem como de equipamentos para os hospitais, haja vista que grandes hospitais, como o Hospital Regional de Joinville, que atendia milhares de pessoas por mês, possuía duzentos e tantos leitos, era o quinto maior hospital

em demanda de recursos mensais, não possuía tomografia nem ressonância magnética, fato inaceitável para um hospital daquele porte. Afirmou que, inclusive, haviam realizado uma audiência pública na semana anterior em Joinville, através da qual o assunto havia sido discutido, tendo em vista que pela falta de tomografia e ressonância o serviço era comprado de terceiros, possuindo limitações e às vezes até por preços mais elevados, sendo adequado dotar os hospitais de recursos daquele tipo. Informou que estavam dotando o Hospital Tereza Ramos, de Lages, e o Hospital Florianópolis com tomografia, cuja licitação já estava no final, dependendo apenas da homologação, e concluiu dizendo que os desafios eram grandes, mas acreditava que com o Revigorar poderiam avançar mais que com os 12% da saúde, reiterando que aquela era uma proposta, sujeita a modificações e aprimoramentos, e que ainda dependia da apreciação do Governador. O **senhor Presidente** agradeceu a explanação do Secretário e disse que tinha ficado surpreso com as informações referentes à falta de equipamentos, tendo em vista que atualmente nenhum médico encaminhava um tratamento sem os exames especializados, acreditando que naquele ponto se localizava uma das grandes demandas, sofrida principalmente pelos Parlamentares que tinham base no interior do Estado, já que um paciente esperava meses para poder ter acesso a um exame. Avaliou que era importante mais uma vez ressaltar que a vinculação do Revigorar não era direta, até porque seria inconstitucional, mas que a forma como havia sido colocada no projeto de lei, que preferencialmente os recursos fossem alocados para a saúde, mostrava a preocupação do Parlamento catarinense com a saúde e a expectativa de que num espaço curto de tempo fosse diminuído o sofrimento de milhares de catarinenses que buscavam uma solução na área da saúde. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao **Deputado Estadual Neodi Saretta**, que cumprimentou os presentes e disse que apesar de a pauta da Comissão de Finanças estar grande, não poderia deixar de ressaltar a importância daqueles recursos para a saúde, fruto de uma discussão profunda naquela Casa, registrando sua preocupação quanto ao fato de estar tramitando um projeto para mudar o Revigorar, razão pela qual precisavam estar alertas e cuidar, já que as propostas poderiam ser boas ou simplesmente tratar da sua suspensão. Reportando-se à fala do Secretário sobre tratamentos especializados, disse que no dia anterior havia conversado a respeito com o Secretário, especificamente sobre o caso do Hospital São Francisco, de Concórdia, que tinha um excelente atendimento na área da oncologia, mas atendia somente privados e convênios por não ter credenciamento, acreditando que o Secretário estava empenhado para que fosse conseguido o quanto antes o referido credenciamento daquele hospital para que pudesse atender também a oncologia. Logo após, a palavra foi concedida ao **Deputado Estadual Silvío Dreveck**, que saudou os presentes e cumprimentou o Secretário e sua equipe pela visão macro da situação da saúde no Brasil, pelo diagnóstico traçado da realidade da saúde em Santa Catarina, fundamental para fazer investimentos e alocar recursos, e pela decisão de fazer investimentos na rede hospitalar existente, sejam hospitais filantrópicos, estaduais, municipais ou comunitários, tendo em vista que muitas vezes o espaço físico existia, e faltavam equipamentos. E exemplificou suas colocações dizendo que no final de semana anterior tinha estado em Irineópolis e a cobrança era no sentido de que deslocavam o paciente a Florianópolis para realizar tratamento oncológico, distante 400 quilômetros ou mais, por falta de um local mais próximo. Reiterou a importância de equipar os hospitais, bem como definir por critérios técnicos a instalação de centros de referência de atendimento, afirmando que os mesmos facilitariam a vida do paciente e diminuiriam os custos, lembrando que quando o Secretário Municipal da Saúde já dizia que representava um custo menor determinar o serviço no Município ou o mais próximo dele, mesmo pagando o custo do equipamento. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] Confirmou que muitas vezes a demanda era insuficiente, mas o custo era menor, considerando-se a hora extra, a diária e até mesmo o risco de morte que a pessoa corria por ter de se deslocar com frequência, fatos que tinham que ser levados em consideração. Dirigindo-se ao Secretário, enalteceu a decisão, afirmando seu apoio para que aquela política tivesse continuidade. Discorreu que certamente não conseguiriam resolver todos os problemas, mas que aquela decisão amenizaria a situação, daí a importância de se respeitar o que havia sido acordado, mesmo não sendo uma determinação da Constituição. Prosseguindo, disse que continuariam dando apoio para que o programa continuasse, lembrando que tinham sido citados na reunião as cirurgias eletivas e os exames represados, que também eram uma realidade. Dizendo estar confiante de que dias melhores viriam para a população, encerrou sua

manifestação. Fazendo uso da palavra, o **Deputado Estadual Aldo Schneider** disse que era com satisfação que mais uma vez o Parlamento debatia um assunto tão importante para Santa Catarina, momento em que agradeceu a presença do Secretário. Prosseguindo, disse que gostaria de fazer três considerações, sendo a primeira delas o acerto do Governador na escolha do Secretário, visto que era uma pessoa que conhecia a área, tanto na condição de médico quanto na condição de gestor. Passando à segunda consideração, disse que o Revigorar III tinha sido uma conquista, elogiando a seguir o trabalho do Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Volnei Morastoni, e do Presidente do Fórum dos Hospitais, Deputado Mauro de Nadal. Destacou que o Parlamento praticamente tinha sido unânime na criação do Revigorar e que estavam presentes para ouvir um pré-projeto sobre o que seria feito com o dinheiro. Declarou que o trabalho tinha sido capitaneado pelo Executivo mas corroborado pelo Legislativo, especialmente pela Comissão de Finanças e pela Comissão de Justiça. Voltando-se ao Secretário, disse que faria uma pergunta que talvez criasse certa discussão, até porque não era o assunto em pauta, mas uma questão muito recorrente no interior do Estado. Registrou que as redes próprias dos hospitais tinham dificuldades em todos os sentidos, e que falaria especificamente da sua cidade, em que o hospital estava com a UTI pronta e ainda não tinha conseguido contratar profissionais nem por processo seletivo nem por concurso simplesmente pelo fato de não ter aparecido profissionais interessados. Deduziu que a mesma situação deveria estar acontecendo em toda a rede do Estado, em todas as áreas, clareando que estavam falando em UTI mas que poderia acontecer, por exemplo, nas áreas da ortopedia e da oncologia, e não era por falta de decisão política ou por falta de recursos, e sim por falta de profissionais, ao que o **senhor Secretário** comentou que o Hospital Waldomiro Colautti, de Ibirama, estava com a UTI pronta há um ano e meio mas ainda não tinha conseguido compor sua equipe médica pelo mesmo motivo, assim como estava acontecendo em Joinville no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, mesmo já estando no segundo processo seletivo. Disse que a alegação era que a saúde estava pagando muito mal o profissional de nível superior, com o que concordava, relatando que um profissional de nível superior recebia um salário inicial de R\$ 1.401,00 para trabalhar trinta horas semanais. Prosseguindo, contou que também não tinham conseguido contratar enfermeiros para poder reativar todos os leitos de UTI, o mesmo acontecendo com os médicos, mesmo existindo para ele uma gratificação especial pelo desempenho da atividade, que variava de R\$ 2.800 a R\$ 4 mil. Afirmou que a produtividade, que era fixada em R\$ 4 mil, não dependia do profissional, não era ele que a buscava, posto que estava à disposição para atender o que viesse. Declarou que o salário inicial era de R\$ 5.400 mil mas mesmo assim ainda não tinham conseguido encontrar quem ocupasse as vagas. Expôs que a realidade lá era diferente, que o Município pagava menos mas pagava o pró-labore; que tudo que o profissional fizesse no pronto-atendimento municipal agregaria valor, dobrando assim seu salário. Detalhou que as situações eram bastante diversas e que para elas ainda não tinha encontrado uma solução, adicionando que por algum tempo tinham tentado uma alternativa emergencial, qual seja, a contratação de uma equipe temporária até conseguirem preencher o serviço próprio, para a qual tinham tentado contratar profissionais da região, mas que também não tinham conseguido. *[Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.]* Disse ainda que no início do próximo ano tinham que encontrar uma solução para o problema da UTI. Momento em que o **Deputado Estadual Aldo Schneider**, perguntou ao senhor Dalmo se, como gestor, tinha ido a todos os hospitais e se a solução era a Organização Social, tendo o **senhor Secretário** respondido que era um tema polêmico, mas entendia que em alguns casos o modelo de Organização Social se aplicaria. Comentou que o Governo do Estado tinha construído o Hospital Regional, em São Miguel do Oeste, há alguns anos e que naquela época fora entregue para uma Organização Social, mesmo não estando em funcionamento. Acrescentou que o Pronto-Socorro daquele hospital abriu as portas no dia 17 de janeiro e que lá a OS tinha sido bem sucedida porque, dos dois hospitais principais de São Miguel do Oeste, um já havia sido descredenciado do SUS e o Remanescente havia pedido o descredenciamento. Contou que a instituição que havia assumido o hospital ativara rapidamente o Pronto-Socorro, após a Unidade de Internação, o Centro Cirúrgico e a UTI, afirmando que aquele hospital estava funcionando a pleno vapor, sem problemas sérios. Informou que os leitos para internação seriam ampliados para mais 54 e que havia um projeto de construção de um centro de especialidades, anexo ao hospital, otimizando os diagnósticos. Cientificou que já tinha aparelho de tomografia e que a ideia era colocar também um aparelho de ressonância magnética, os quais seriam

utilizados pelos pacientes internados e por pacientes laboratoriais. Ante o exposto, comunicou que colocariam cerca de vinte especialidades médicas e algum tipo de exames que poderiam ser realizados na região. Agradeceu a todos. Na sequência, o **Deputado Estadual Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde de Alesec**, solicitou que fizessem os encaminhamentos da audiência, em virtude de um compromisso que assumira com o Secretário Dalmo e o Prefeito Edson Renato Dias (Piriquito) naquela mesma manhã, a respeito do Hospital Santa Inês, de Balneário Camboriú. O **senhor Presidente** disse que o tema era importante e iriam tentar ser breves. Em seguida, passou a palavra ao **Deputado Estadual Marcos Vieira**, que afirmou que o assunto referente à saúde era importante. Destacou que aquela era a primeira vez que o Parlamento carimbava um recurso auferido, fruto de um programa de recuperação de crédito tributário que o governo do Estado fizera. Comentou que era justo que a própria Comissão, que no mérito da questão havia votado favoravelmente e carimbou o dinheiro, convidasse o Secretário para participar e dizer publicamente da destinação dos recursos que estavam sendo auferidos do Revigorar III. Cientificou que acompanhara grande parte do programa da aplicação dos recursos da saúde e que inicialmente era esperado que o governo do Estado pudesse recuperar cerca de R\$ 150 milhões líquidos para a área da saúde, contando que, felizmente, estavam na casa dos R\$ 200 milhões. Reportando-se à colocação do Secretário sobre a questão de que levaria praticamente um ano para aplicar aqueles recursos, salientou que era necessário fazer um planejamento para todas as unidades ou Municípios de Santa Catarina. Prosseguindo, parabenizou o Secretário pela atuação na Secretaria e pelo percurso em todos os hospitais do Estado levantando os problemas e as possíveis soluções. Informou que no Município de Maravilha a Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com a diretoria do Hospital São José, iria ativar dez leitos de UTI, acrescentando que em menos de um ano de governo e de atividades na Secretaria da Saúde o oeste do Estado dobrara a capacidade de uso da UTI, passando de 27 leitos para 50 leitos. Disse ainda que o Hospital São Francisco de Assis, em Santo Amaro, estava se tornando hospital de referência de porte médio em Santa Catarina, complementando que aquele hospital quase havia fechado em 2007 devido ao acúmulo das dívidas, mas que agora estava realizando mais de trezentas cirurgias ao mês, chegando quase ao mesmo número de cirurgias realizadas pelo Hospital Regional de São José. Registrou que o Hospital São Francisco ajudava a desafogar as enfermarias dos pronto-atendimentos dos grandes hospitais de Florianópolis, ao realizar cirurgias de baixa e média complexidade e ao retirar do Hospital Regional, do Hospital Florianópolis, do Hospital Celso Ramos e do Hospital Universitário os pacientes que para lá iriam. Encerrando, parabenizou o Secretário pelo trabalho à frente da Secretaria e por ter exposto, de forma transparente, onde estavam sendo aplicados os recursos do Revigorar III. *[Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt.]* Por sua vez, fez uso da palavra a **Deputada Estadual Luciane Carminatti**, que após os cumprimentos de praxe, disse que gostaria de formular quatro questões. Dito isso, perguntou ao Secretário qual era o número total represetado de cirurgias no Estado e como o governo pensava na regulação daquelas filas de cirurgias, esclarecendo que estava falando do controle social, de qual era a garantia do controle da fila. Nesse sentido, manifestou sua preocupação e deixou claro que não estava ali afirmando que havia problema de critério, e opinou que era preciso tornar mais transparente aquele controle, declarando que precisava saber quantos tinham em cada área para ter a segurança que outra pessoa, com o mesmo problema, não iria passar na frente. Prosseguindo, perguntou se o Centro de Especialidade de São Miguel do Oeste tinha prazo, tinha data. Com relação ao Hospital Regional de Chapecó, informou que havia uma reivindicação datada de 23 de setembro de 2011, solicitando um aparelho de tomografia e também aparelho de radioterapia, o acelerador linear, como mencionado pelo Secretário. Isso posto, em nome de Conselho Executivo do Hospital, perguntou qual era a previsão de garantia dos recursos do Revigorar para que se atendesse aquela demanda do Hospital Regional do Oeste de Santa Catarina. Dando continuidade, o **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares** cumprimentou todos os presentes e lamentou a saída do Deputado Marcos Vieira, uma vez que ele gostaria de se pronunciar na presença dele. Avaliou que às vezes um hospital de porte médio realiza mais cirurgias que um hospital de porte grande e não poderia ser motivo de alegria, mas, sim, de tristeza, já que poderia ser uma desgraça do hospital grande e não um êxito do pequeno. Prosseguindo, analisou que aquilo poderia não ser um êxito do povo, e, sim, a desgraça do povo, já que o hospital referido estaria fazendo cirurgias pagas por profissionais que talvez no mesmo horário estivessem fazendo cirurgias gratuitas no

Hospital Celso Ramos ou no Regional. Dito isso, relatou que havia uma pessoa no cargo de diretor que deveria estar no seu local de trabalho, de posse de seu cargo, e, no entanto, estava num outro hospital fazendo cirurgia paga, dizendo que aquele tipo de hospital ia bem porque quem podia pagava. Ademais, disse que existiam outras coisas, que não era só aquele caso, e mencionou que havia acompanhado a desgraça do Hospital de Santo Amaro há três anos, quando não tinha dinheiro para pagar os seus funcionários. A seguir, alertou para não se elogiar indevidamente aquele tipo de comportamento relatado, que não era bom para a saúde pública e para a saúde da sociedade. Ou seja, usar a rede pública para captar paciente que tivesse algum dinheiro, ou que tivesse algum pedaço de terra para vender, ou casa, para cobrar pela cirurgia. Em seguida, afirmou a posição veemente de se manter o dinheiro efetivamente para a saúde, mesmo avaliando ser pouco para a necessidade da saúde pública no Estado, a fim de que se pudesse equipar bem os hospitais públicos, que apesar de toda a dificuldade ainda eram referência para a saúde. A seguir, recordou que quando o Secretário falara sobre o mutirão de cirurgias eletivas acabara citando uma série de cirurgias que iriam se agregar às que estavam sendo feitas, e naquele instante perguntou ao Secretário sobre a cirurgia bariátrica, e o Secretário respondeu que a cirurgia de redução de estômago não estava sendo feita no mutirão. Prosseguindo, lembrou que aquilo envolvia uma série de problemas sociais, talvez porque as pessoas tivessem uma ideia genérica de que a cirurgia bariátrica fazia parte da estética e não da saúde. Ante o exposto, contou dois casos, tais como um no interior do Estado de pessoas que tinham vendido um pedaço do terreno para pagar a cirurgia; outro no extremo oeste, na cidade de Bandeirante, de uma família que tinha conseguido fazer a cirurgia em Curitiba sem ter que pagar. Esclareceu que soube daquilo porque o Prefeito teve que mudar a lei municipal, na Câmara Municipal, para autorizar a ambulância a levar a pessoa para Curitiba, já que a lei do Município não permitia aquele transporte, afirmando que não havia outra forma de conduzir a pessoa para outro lugar. Dito isso, recordou que ironizou a fala do Deputado Sílvio dizendo que se a pessoa estava no Planalto Norte, então que a levasse para Curitiba, explicando que aquilo não era nenhum desprezo pelo Estado de Santa Catarina, mas avaliou que às vezes se conseguia em Porto Alegre aquilo que não se conseguia em Santa Catarina. A seguir, relatou a história de um jovem jornalista que fez a cirurgia de redução de estômago numa clínica particular, ocorreu um problema e ele ficou quase um mês internado na UTI do Hospital Celso Ramos e acabou falecendo no dia anterior. E, dito disso, perguntou em relação à dificuldade de se incluir a cirurgia de redução de estômago dentro do mutirão de cirurgias, já que disse saber que a fila não era pequena, que havia muita coisa represada na fila. Opinou que possivelmente deveria ser uma cirurgia mais complexa, que talvez precisasse de uma equipe maior de profissionais, estrutura e equipamento mais sofisticados do que a maioria das outras cirurgias. A seguir, o **Deputado Estadual Volnei Morastoni**, inicialmente, enalteceu a forma sempre cordial, atenciosa, e a pronta disposição que o Secretário Dalmo tinha em atender os Deputados e em participar das atividades da Comissão de Saúde [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.]. Acrescentou que o próprio Secretário já havia se adiantado quando especificara a questão das propostas, as quais o Deputado achava que estavam bem distribuídas, mas que continha alguns pontos a serem reforçados na questão dos hospitais públicos que estavam com muitos problemas, sucateados e precisando receber uma atenção especial do volume de recursos disponíveis. Segundo ele, tal necessidade foi constatada nas audiências que vinha fazendo pelo Estado. Desse modo, disse ser preciso tentar otimizar mais recursos para aquele custeio. Considerou a situação difícil em função da defasagem da tabela do SUS, dizendo que o Revigorar III seria um oxigênio até segunda ordem porque o primeiro semestre do próximo ano seria um período decisivo para a regulamentação da Emenda 29 e para um eventual realinhamento da tabela do SUS. Disse que, quando encerrarem os recursos do Revigorar III, se ainda não houver tido uma definição do plano nacional de financiamento da saúde, alternativas teriam que ser encontradas. Encerrou dizendo que algumas propostas estavam sendo analisadas na Comissão de Saúde para serem apresentadas ao Secretário e ao Governador, frisando, contudo, que sua preocupação maior era em relação ao custeio dos hospitais. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** levantou a questão da falta de equipamentos em muitos hospitais, além de destacar os altos custos e a demora na compra. Nesse sentido, questionou se a Secretaria já tinha analisado a possibilidade de locação de equipamentos, dizendo que aquilo vinha sendo praticado pelo mercado, embora fosse um método mais caro, mas que trazia agilidade na solução de problemas. Quanto à questão orçamentária, falou que

alguns recursos já teriam sido repassados e outros estavam para acontecer, questionando se o recurso extra-orçamentário ficaria para o próximo ano em razão de o ano atual estar se encerrando. Lembrando que a Secretaria da Fazenda recolhia recursos para ajustes de final de ano, questionou, ainda, se com ela foi acordado para que aqueles recursos retornassem a ser disponibilizados dentro da mesma fonte para o ano 2012. Em relação à tabela do SUS, disse que ela era tida como uma grande problemática e gostaria de saber como funcionava a sua política de repasse e de reajuste. Justificou a ausência do Deputado Dado Cherem na audiência em razão de ele ter comparecido em outra reunião. Para os esclarecimentos finais, fez uso da palavra o **senhor Secretário Dalmo Claro de Oliveira**. Quanto ao mutirão das cirurgias eletivas, falou que não havia sobre elas um controle perfeito e que as gerências regionais de saúde de cada SDR tinham, em princípio, tal controle. Disse que foi feita a destinação das vagas para cirurgias considerando todos os Municípios que seriam atendidos pelo serviço, na proporção de cada um. Explicou que se um Município tinha 10 mil habitantes e outro 5 mil, aquele que tinha 10 mil receberia o dobro de vagas, e destacou que poderia haver um redimensionamento de vagas dependendo da demanda dos Municípios. Falou que, às vezes, metade dos Municípios tinha fila e a outra metade, não, frisando, então, que havia apenas estimativas a respeito, mas que deveria haver em torno de 60 mil cirurgias represadas. Comentou um caso de uma doméstica de Biguaçu que procurou o serviço de saúde para ser encaminhada ao oftalmologista. Segundo ele, ela foi encaminhada ao Hospital Regional de São José para fazer uma cirurgia de catarata a qual foi realizada em dois meses após o atendimento. Lembrou uma entrevista que ouvira no rádio com a Edileuza, ex-presidente do SindSaúde, em que ela contava que um rapaz de 19 anos de Imbuía ferido no olho com um arame farpado havia procurado uma clínica particular em Blumenau gastando R\$ 1.200,00 e nada resolvendo, e, depois, procurado o Hospital Regional de São José conseguindo até o transplante de córneas em menos de 48 horas do atendimento. Com isso, destacou que algumas coisas funcionavam muito bem enchendo ele de orgulho porque eram feitas com presteza e com qualidade pelos médicos e enfermeiros. Quanto ao centro de especialidade médica de São Miguel, disse que faltavam resolver alguns detalhes, mas que ele já havia falado com o Governador. A respeito, também disse que esperava ter uma noção de valores de custo e aplicação ainda no ano corrente para no ano seguinte edificar uma área de 3 mil metros quadrados e colocá-la em funcionamento. Mostrou-se otimista sobre o assunto, uma vez que, segundo ele, aquela região era uma das mais sacrificadas em termos de saúde pública sob o aspecto da ambulancioterapia. Sobre o Hospital Regional de Chapecó, falou que lá estivera em reunião com o Governador e com o Ministro da Saúde na terça passada contando que o próprio Governador teria solicitado recursos do Ministério para dotar o Hospital com mais um acelerador linear. Disse que o Ministro mostrou-se sensível, porque aquilo estava dentro da política do tratamento oncológico [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini]. Interrompendo, a **Deputada Estadual Luciane Carminatti** lhe questionou se não era dos recursos do Revigorar, ao que o **senhor Secretário** respondeu que não, que eles buscavam recursos no Ministério da Saúde e observou que não tinham recebido nada para equipar os hospitais de Santa Catarina até a presente data, ao contrário de outros Estados que estavam recebendo muito. Isto posto, disse que se conseguissem qualquer coisa do Ministério ajudaria muito e que, de qualquer maneira, iriam buscar recursos do Revigorar dentro de um equilíbrio na distribuição regional. Quanto à questão do Hospital de Santo Amaro, informou que atualmente o Hospital estava fazendo muitas cirurgias pelo SUS, devido ao mutirão, e comentou que sabia das irregularidades tendo inclusive afastado o diretor. Frisou que era necessário estar sempre atento porque desvios ocorriam, às vezes, relacionados ao caráter da pessoa e era obrigação dele estar sempre vigilante para corrigir. Em relação à cirurgia bariátrica, contou que, como Secretário, visitou o Hospital Regional de Joinville Hans Dieter Schmidt, e, tendo em vista que a Secretaria tinha uma cota pelo SUS de oito cirurgias bariátricas/mês por via aberta, autorizou o diretor, que também tinha assumido há pouco a direção do hospital, a dobrar a capacidade de realização dessas cirurgias, inclusive por via laparoscópica que era mais segura e que diminuía o risco de mortalidade, mesmo a espessas do Estado; porém o hospital tinha uma limitação de equipamento, e, assim sendo, providenciaram a aquisição desses equipamentos e já tinha assinado a autorização para a licitação desses equipamentos para as 16 cirurgias bariátricas/mês por via laparoscópica. Dito isso, ressaltou que estavam tentando capacitar os hospitais próprios, porque eram cirurgias complexas, basicamente feitas em hospitais públicos do Estado. Reportando-se ao questionamento do Deputado Estadual Volnei Morastoni, respondeu que a questão do custeio

também os angustiava porque não tinham recursos para custear todos os hospitais do Estado, e que, tendo em vista que a arrecadação crescera, tinham ajudado alguns hospitais a mais do que haviam imaginado. Quanto à questão levantada pelo Deputado Estadual Gilmar Knaesel, a respeito de locação, respondeu que receberam uma proposta no primeiro semestre do ano para locar equipamentos da UTI, porém não era necessário porque não tinham espaço aberto sem equipamento, e que as UTIs estavam paradas por falta de pessoal. Observou ainda que, se os equipamentos fossem comprados novos pelo preço da locação, em menos de dois anos estariam pagos, então economicamente não compensava locar. Lembrou o exemplo da cidade de Chapecó que comprou, através de um edital, serviço de saúde, e contou que o Prefeito tinha visto uma licitação pública, um chamamento público e conseguira comprar, por preço SUS, o serviço que antes não tinha. Quanto aos recursos do Revigorar, explicou que houve um aumento da arrecadação e que havia uma preocupação da Secretaria de Estado da Fazenda de que houvesse uma desaceleração muito forte da economia, o que se confirmou com o crescimento zero do terceiro trimestre, divulgado há poucos dias em relação ao trimestre anterior, e que, apesar disso, a arrecadação do Estado se confirmou crescente, e que nos meses de outubro e novembro os recursos foram colocados à disposição da Secretaria de Estado da Saúde para cumprir os 12% determinado no Orçamento, e que se fosse necessário já utilizariam o início do Revigorar no ano corrente. Dito isso, informou que no dia anterior havia pedido R\$ 10 milhões, que foram reavaliados e que iria pedir R\$ 20 milhões do Revigorar para aplicar ainda no presente ano no pagamento das cirurgias eletivas; informou ainda que já tinham auxiliado alguns hospitais de maneira bastante intensa nos últimos meses, citando a assinatura do contrato com Mafra de R\$ 2,5 milhões; com Criciúma na semana passada de R\$ 1,5 milhão para um hospital e mais R\$ 1,5 para outro; com o Alto Vale, onde estivera com o Deputado Aldo Schneider a semana anterior, de R\$ 3,7 milhões; com a Região da Foz do Rio Itajaí de R\$ 1 milhão em Navegantes e de R\$ 800 mil em Itapema; e um recurso significativo para o Hospital de Balneário Camboriú. Disse que a Secretaria olhava as necessidades da população indistintamente dos partidos que governavam os Municípios, a exemplo dos convênios firmados com o governo do PT e com o do PSDB, e deixou claro que a Secretaria buscava ter critérios de avaliação, até mesmo contando com o conhecimento médico dele na escolha das ações que seriam feitas. Disse ainda que, inclusive, estava visitando os hospitais para ter noção das reais necessidades daquelas unidades hospitalares. Por último, referiu-se a tabela do SUS, informando que na semana anterior acontecera a Conferência Nacional de Saúde onde o tema dominante fora duas questões relacionadas, quais sejam o subfinanciamento da Saúde, englobando a necessidade de regulamentação da Emenda 29 que traria um pouco mais de recurso do governo federal para a área da saúde; e a tabela do SUS, bastante discutida, e sobre a qual havia uma recomendação de que ela fosse ajustada porque estava muito defasada. Ato contínuo, o **Deputado Estadual Volnei Morastoni**, pediu licença ao Presidente para confirmar com o Secretário que até a presente data nada tinha sido distribuído do Revigorar III, recebendo como resposta do **senhor Secretário** que nada fora distribuído realmente e que o que eles fizeram foi acelerar a utilização do recurso da Fonte 100 para chegar aos 12% até o final do ano. Informou ainda que, para o início do ano de 2012, havia um empenho muito forte em custeios e que teriam que fazer o custeio do empenho global do ano, explicando que isso comprometeria bastante o Orçamento da Saúde já no início do ano. Enfatizou que a ideia era ter aquele recurso para, no primeiro trimestre de 2012, continuar trabalhando em ritmo acelerado de aplicação, observando que em abril teriam dificuldade de fazer convênio com os Municípios por conta da lei eleitoral e que em junho se daria a liquidação da primeira parcela e que, por isso, acreditava que até abril era um prazo providencial para fazer os convênios. A seguir foi concedido dois minutos ao **Deputado Estadual Elizeu Mattos**, que queria verificar a possibilidade de, em homenagem ao Secretário, deliberarem sobre o projeto que tratava da gratificação de desempenho por produtividade médica, explicando que o Deputado Darcí de Matos era o relator e que aquele projeto já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça. Argumentou que fizera aquela proposta para que, se assim entendessem os Deputados, pudessem dar continuidade a ele na Casa. Em seguida, o **senhor Secretário** pediu permissão para esclarecer que aquele projeto era só uma adequação à gratificação, que não mudaria nada, que eles queriam ajustar e dar um prazo de 60 dias para a avaliação, que eram apenas ajustes de datas e que iriam facilitar até para estimular a produtividade do médico. Feito o esclarecimento, o **senhor Presidente** agradeceu a presença do Secretário e a de todos, e nada mais havendo a tratar encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.]

DEPUTADO ESTADUAL GILMAR KNAESEL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, INCLUSIVE COMPRESSORES, NO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO INSTALADO NO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO E PRÉDIOS LOCADOS, PARA ATENDER A TODOS OS SETORES DA ALESC.

DATA: 24/02/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 24 de fevereiro de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2012.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1100 LICENÇAS DE SOLUÇÃO PARA PROTEÇÃO CORPORATIVA CONTRA VÍRUS E OUTROS (INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO COM ATENDIMENTO "ON LINE" E "ON SITE") E 600 LICENÇAS DE USO PARA SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE E-MAILS .

DATA: 27/02/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 27 de fevereiro de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2012.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 006/2012

REFERENTE: Convênio CI nº 001/2012, celebrado em 02/02/2012.

CONVENENTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

COVENENTE: RR& Concurso Ltda.

OBJETO: Cooperação entre as instituições acima citadas com vistas à oferta do curso de Especialização em Assessoria Parlamentar, com interveniência do Centro de Excelência em Gestão Pública, observando rigorosamente a legislação educacional vigente.

VALOR: A execução do presente convênio não implica em ônus financeiro para a ALESC, razão pela qual não será disponibilizada dotação orçamentária.

VIGÊNCIA: a partir de sua assinatura e se estenderá por um período de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos mediante expressa anuência dos participantes para novas ofertas do curso.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Lenoir Hoeckesfeld - Diretor Administrativo

Deputado Juarez Carlos Ponticelli - Presidente da Escola do Legislativo SC

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 079, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **VANESSA CRISTIANE SCHULTZ**, matrícula nº 5885, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 080, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MÁRIO LATRÔNICO JÚNIOR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 081, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR HILDETE DE SOUZA CLAUDINO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 082, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

PRORROGAR o efeito das Portarias nºs 3025, 3026 e 3027, de 17 de novembro de 2011, até 01 de fevereiro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 083, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **ALMERINDA LEMOS THOME**, matrícula nº 4968, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa,

para exercer, em substituição, o cargo de Coordenadora da Taquigrafia das Comissões, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, DULCE MARIA DA COSTA, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DL - Coordenadoria da Taquigrafia das Comissões).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 084, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **MARLISE KUPAS SOARES**, matrícula nº 1920, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a Gerência do Almoarifado, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOSÉ CARLOS BRESCIANI, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 06 de fevereiro de 2012 (DA/CRM - Gerência de Almoarifado).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 085, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **ITAMAR PIRES PACHECO**, matrícula nº 1514, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a Gerência da Comissão Parlamentar de Inquérito, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CLÉO FÁTIMA MANFRIN, que se encontra em licença-prêmio por trinta dias, a contar de 02 de fevereiro de 2012 (DL/CC - Gerência de Comissão Parlamentar de Inquérito).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 086, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **MESSIAS MARCIANO DE SOUZA NETO**, matrícula nº 1473, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Protocolo Geral, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JANETE MARIA BARTHOLOMEU MONTEIRO, que se encontra em licença-prêmio por trinta dias, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DA - CSG - Gerência de Protocolo Geral).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 087, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **ELIZABETE OLINDA GUERRA**, matrícula nº 2114, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa,

para exercer, em substituição, a função de Chefe de Seção - Recepção e Marcação de Consulta, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LUIZ AUGUSTO SCHNEIDER, que se encontra em Licença-Prêmio por 90 (noventa) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 088, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ROCLER RECH**, matrícula nº 2097, na DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 089, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 005/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 090, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**.

Gab Dep Manoel Mota

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6939	CAROLINE DA SILVA HELLWIG	FLORIANÓPOLIS
6260	ELCIO VICENTIN	CRICIÚMA
6529	JUCEMAR MENDES MATHEUS	FLORIANÓPOLIS
5470	MARIA APARECIDA DE BRITTO MOLGARO	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 091, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ADRIANA DA CUNHA KÖNIG**, matrícula nº 6845, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 092, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER**, matrícula nº 1571, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenadora de Expediente, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARIA DA GRAÇA MARQUES, que se encontra em fruição de licença-prêmio por 60 (sessenta) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 093, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **MARI ÂNGELA PAULI CUSTÓDIO**, matrícula nº 1592, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Gerente de Redação, código PL/FC-5, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER, que se encontra substituindo a Coordenadora de Expediente por 60 (sessenta) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 094, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ADRIANO RIBEIRO CARGNIN**, matrícula nº 2154, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Pesquisa, código PL/FC-2, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, PAULA MARIA DA SILVA, que se encontra em fruição de Licença Prêmio por 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (CGP - Coordenadoria de Biblioteca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 095, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANDREZA MATOS DE SOUZA**, matrícula nº 6693, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de fevereiro de 2012 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 096, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDREZA MATOS DE SOUZA, matrícula nº 6693, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 097, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA ANGELA CANARIN POLLA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Parlamentar Externa do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valmir Francisco Comin - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 098, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VILSON EICHSTADT, matrícula nº 9144, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 01 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Jean Kuhlmann - Massaranduba).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 099, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ROSELIA FLORENCIO**, matrícula nº 1999, na DL/CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 100, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**.

Gab Dep Aldo Schneider

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
2491	JACY SIMAO	FLORIANÓPOLIS
6979	RUI BRUECKHEIMER PINHEIRO	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 101, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 14 de dezembro de 2011.

Gab Dep Valmir Comin

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6018	DJON MACHADO LOPES	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 102, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUCAS MARTINS CARVALHO**, matrícula nº 6679, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 6 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Adilor Guglielmi).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 103, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **ELIZABET SOUZA ARAGÃO**, matrícula nº 1509, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a Chefia da Seção de Informações e Atendimento ao Público, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **SOLANGE BERNADETE RADTKE BRASIL GONÇALVES**, por 90 (noventa) dias, a contar de 01 de janeiro de 2012 (DRH - Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 104, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 006/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana	
1998	Bernadete Albani Leiria	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 105, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 007/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana	
1998	Bernadete Albani Leiria	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 106, de 06 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR NÁDIA NAIRA ZACCARON MACHADO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Adilor Guglielmi - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 107, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DANIELA CRISTINA MARCOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima - Blumenau).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 108, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em

conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALINE DAMÁZIO NEVES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 109, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de dezembro de 2011.

Gab Dep Romildo Titon

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6969	MARCELO TOLENTINO DA ROSA	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 110, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 01 de fevereiro de 2012.

Gab Dep Romildo Titon

Matrícula	Nome do Servidor
6969	MARCELO TOLENTINO DA ROSA
6747	MARIANA CAMPAGNONI

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 111, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art.154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONSTITUIR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, formada pelos servidores abaixo relacionados, todos do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos descritos no processo nº 0884/2011, de 13 de junho de 2011 envolvendo o Sr. Pedro Squizzato Fernandes, servidor deste Poder.

MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO
0424	José Carlos da Silveira	Consultor Legislativo II	Presidente
0873	João Pacheco dos Reis	Técnico Legislativo	Membros
2177	Ana Maria Fadel Neves	Analista Legislativo	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 112, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JAILTON DIAS DA CUNHA**, matrícula nº 1218, na DF - Diretoria Financeira, a contar de 02 de fevereiro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 113, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **JULIANA SCHAPPO FERMINO**, matrícula nº 6810, na DF - Coordenadoria de Tesouraria.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 114, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ERADIO MANOEL GONÇALVES**, matrícula nº 0929, na Liderança do PSD.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 115, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **PEDRO PAULO BOFF SOBRINHO**, matrícula nº 6715, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 6 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 116, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **NILTON HÉLIO TOLENTINO JÚNIOR**, matrícula nº 6714, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 6 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 117, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUCIANO LUIS DE SOUZA**, matrícula nº 6713, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 6 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 118, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FLAVIO DA SILVA DAMIANI**, matrícula nº 6710, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 6 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 119, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ALMIR JOSE PILON**, matrícula nº 3474, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de fevereiro de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 120, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de janeiro de 2012.

Gab Dep Joares Ponticelli

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
2591	JULIO CESAR CANCELLIER DE OLIVO	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 121, de 07 de fevereiro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JORGE MACUCO JUNIOR, matrícula nº 2851, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2012 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***